

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Weuler Pereira de Azara

Vozes de mulheres indígenas na política: o pleito de 2020 no contexto de Santa Catarina

Florianópolis

2021

Weuler Pereira de Azara

Vozes de mulheres indígenas na política: o pleito de 2020 no contexto de Santa Catarina

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em História

Orientador: Prof. Dr. Sandor Fernando Bringmann

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Azara, Weuler Pereira de

Vozes de mulheres indígenas na política: : o pleito de
2020 no contexto de Santa Catarina / Weuler Pereira de
Azara ; orientador, Sandor Fernando Bringmann, 2021.
61 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. História indígena. 3. Mulheres indígenas.
4. Indígenas na política brasileira. 5. Mulheres indígenas na
política. I. Fernando Bringmann, Sandor . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Ao 1º dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 9 horas, por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. **Sandor Fernando Bringmann** (orientador), Prof.^a **Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi** (membra) e Prof.^a **Kerollainy Rosa Schütz** (membra), tendo a Prof.^a **Juliana Salles Machado Bueno** como suplente, designados pela Portaria TCC nº 36/HST/CFH/2021, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Weuler Pereira de Azara**, intitulado: **“Vozes de mulheres indígenas na política: o pleito de 2020 na contexto de Santa Catarina”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. **Sandor Fernando Bringmann**, nota 10, Prof.^a **Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi**, nota 10, Prof.^a **Kerollainy Rosa Schütz**, nota 10, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 8 de outubro de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 1 de outubro de 2021.

Prof. (Orientador):.....
 Documento assinado digitalmente
Sandor Fernando Bringmann
Data: 01/10/2021 11:28:12-0300
CPF: 941.541.040-04
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a. (Membra):.....
 Documento assinado digitalmente
ADRIANA APARECIDA BELINO PADILHA DE BIAZI
Data: 01/10/2021 16:36:57-0300
CPF: 082.065.269-51
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a. (Membra):.....
 Documento assinado digitalmente
KEROLLAINY ROSA SCHUTZ
Data: 02/10/2021 19:10:10-0300
CPF: 087.450.249-79
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a. (Suplente):.....

(Candidato):.....
 Documento assinado digitalmente
Weuler Pereira de Azara
Data: 01/10/2021 14:12:26-0300
CPF: 087.455.786-05
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina FONE
(048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Weuler Pereira de Azara, matrícula n.º 18250053, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **“Vozes de mulheres indígenas na política: o pleito de 2020 no contexto de Santa Catarina”**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 5º de outubro de 2021.



Documento assinado digitalmente
Sandor Fernando Bringmann
Data: 06/10/2021 08:30:46-0300
CPF: 941.541.040-04
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador

“Nossos sonhos não cabem nas urnas, portanto, também não se trata apenas de um chamado ao voto, mas sim uma convocatória à mobilização, à organização e à luta pela transformação para deter a destruição de nosso país e de nossa Mãe Terra.”

Sônia Guajajara

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todas as pessoas incríveis que cruzaram o meu caminho ao longo da minha graduação.

À minha família, especialmente a minha mãe, Carmem Pereira de Azara, que não teve a oportunidade de concluir seus estudos e que, mesmo assim, incentivou todos os seus quatro filhos a estudar. Você não imagina o quão grato eu sou por ter se esforçado tanto para cuidar, sustentar, alimentar e nos educar. Você é incrível. Aos meus irmãos que mesmo distantes estão sempre comigo.

Ao professor Sandor Fernando Bringmann pela orientação e por ter acreditado nesse projeto desde o primeiro dia. Obrigado pela paciência, pela compreensão e por todo o conhecimento e contribuição para a realização dessa pesquisa

Ao meu marido Rodrigo Costa Puerari por me apoiar e por me fazer acreditar que sou capaz. Você esteve sempre ao meu lado, me incentivando e acreditando no meu potencial. Eu serei eternamente grato por todo o apoio e companheirismo. Te amo muito!

À Estefani Dias Leite, por ter me estendido a mão desde o primeiro dia de aula e me mostrado o caminho. Obrigado por ser minha dupla infalível para todas os trabalhos, pesquisas e conversas sobre todas as coisas possíveis.

À todas as pessoas que fizeram parte da minha passagem pela UDESC, Alicy de Oliveira Simas, Iris Palo Borges, Gabrielli Debortoli, Maria Carolina Eli e tantas outras pessoas que foram extremamente essenciais nessa minha etapa.

À Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi e Kerollainy Rosa Schütz por aceitarem participar da banca avaliadora do meu trabalho, vocês foram incríveis.

À Amanda Correia Ronchi por todas as conversas sinceras, ajudas e ideias incríveis ainda bem que nos encontramos.

Um agradecimento mais do que especial para Andenice Fiamoncini Roos e Marizete Leopoldina Belino por atenderem ao meu chamado e colaborarem de maneira tão imprescindível para esta pesquisa.

Aos meus amigos e família escolhida de Belo Horizonte, Eduardo Leal, Ludmila Castro, Maria Cristina Horta e Poliane Soares obrigado por estarem sempre comigo.

Agradeço novamente a todos os encontros que obtive ao longo desta minha jornada.

RESUMO

A participação indígena na política partidária brasileira data de 1982 com a eleição de Mario Juruna para deputado federal e, desde então, estes sujeitos vêm aos poucos ampliando as suas representações. Contudo, a representatividade feminina ainda é pouco compreendida. Esta pesquisa analisou a participação de mulheres indígenas nas eleições de 2020 com enfoque no estado de Santa Catarina. Utilizando os dados oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, por meio de revisão bibliográfica, a pesquisa buscou compreender o aumento no quantitativo da participação destas mulheres e quais dispositivos legais foram necessários para assegurar este direito. Observei que essas participações têm o intuito de garantir seus direitos pela terra, acesso a políticas públicas, saúde e educação. A fim de dar voz às protagonistas desse trabalho, a conclusão deste estudo é baseada no relato de duas candidatas eleitas em Santa Catarina. Concluo que houve aumento significativo da participação das mulheres indígenas no pleito de 2020 comparado ao pleito de 2016 e que analisar essas participações contribuem para divulgar e fomentar o protagonismo dos povos originários no cenário político atual.

Palavras – chave: Mulheres Indígenas, Política, Representatividade, Protagonismo Indígena

ABSTRACT

Indigenous participation in Brazilian politics dates back to 1982 with Mario Juruna election and, since then, these subjects have been gradually expanding their representations. However, female representation is still poorly understood. This research analyzed the participation of indigenous women in the 2020 elections with focus on the state of Santa Catarina. Using official data released by the Superior Electoral Court and, through a literature review, the research sought to understand the increase in the quantitative participation of these women and what legal provisions were necessary to ensure this right. I have e noted that these participations are intended to guarantee their land rights, access to public policies, health and education. In order to give voice to the protagonists of this work, the conclusion of this study is based on the report of two candidates elected in Santa Catarina. I conclude that there was a significant increase in the participation of indigenous women in the 2020 election compared to the 2016 election and that, analyzing these participations, contributes to publicize and ensure the protagonism of indigenous peoples in the current political scenario.

Keywords: Indigenous Women; Politics; Representation; Indigenous Protagonism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cenário Nacional	42
Figura 2 – Eleições em Santa Catarina	43
Figura 3 – Resultado Nacional	44

SIGLAS

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ONU - Organização das Nações Unidas

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PL - Partido Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PV - Partido Verde

REDE - Rede Sustentabilidade

T.I - Terra Indígena

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UNI - União Nacional dos Indígenas

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE COLABORADORAS

- 1. Andenice Fiamoncini Roos – Formada em Serviço Social – UFSC. É Laklaño Xokleng e a primeira mulher indígena a ocupar o cargo de vereadora no município de Ibirama – SC**
- 2. Marizete Leopoldina Belino – É Kaingang e vereadora no município de Ipuacu - SC**

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	O PAPEL DA MULHER INDÍGENA EM SUA COMUNIDADE	16
2.1.	MULHERES INDÍGENAS E SUAS PAUTAS.....	22
3.	PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NO PANORAMA POLÍTICO NACIONAL: HISTÓRIA E ATUALIDADE.....	27
3.1.	INDÍGENAS NA POLÍTICA BRASILEIRA	28
3.2.	CANDIDATURAS INDÍGENAS	36
4.	ELEIÇÕES DE 2020 E A REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA	39
4.1.	CENÁRIO POLÍTICO	39
4.2.	DEMARCANDO AS ELEIÇÕES.....	40
4.3.	RESULTADO DAS ELEIÇÕES.....	44
4.4.	A VOZ DELAS, RELATOS DE CANDIDATAS ELEITAS.....	45
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS.....	52
	ANEXO A – Questionário enviado às candidatas eleitas.....	55
	ANEXO B – Resposta de Andenice Fiamoncini Roos	56
	ANEXO C – Resposta de Marizete Leopoldina Belino	58

1. INTRODUÇÃO

Ao observar os números divulgados oficialmente nas plataformas digitais do Tribunal Superior Eleitoral e as notícias em portais de comunicação, pude perceber que as eleições de 2020 foram marcadas por um aumento expressivo no número de candidaturas indígenas. Partindo disto, senti a necessidade de buscar entender o motivo deste aumento no número de candidaturas indígenas naquela eleição.

Meu principal questionamento era relacionado à participação política de indígenas em território nacional. Como e quando estes indivíduos começaram a se inserir política e publicamente neste cenário? Quanto à participação política, não apenas falo da política partidária - entendo como participação política toda e qualquer manifestação de luta por direitos, engajamento em manifestações e/ou participação nas tomadas de decisões dentro e fora de suas comunidades. Além de tentar entender como se iniciou esta participação, optei por dar enfoque na participação das mulheres indígenas neste cenário. Uma vez que abranger o território nacional demandaria um tempo incompatível com a formulação deste trabalho, optei por avaliar a situação no estado de Santa Catarina.

A partir do exposto, o objetivo principal deste trabalho é analisar as candidaturas destas mulheres indígenas no pleito de 2020, dando enfoque ao estado de Santa Catarina. Para tal, precisei percorrer pelas representações anteriores, o papel destas mulheres em suas comunidades e todos os dispositivos que os indígenas precisam acionar para se candidatarem. Baseio-me na revisão bibliográfica de artigos, livros, dissertações de mestrado, entrevistas e publicações em meios de comunicação on-line para a elaboração das narrativas aqui construídas.

Dito isto, foi necessário entender quais papéis essas mulheres desempenham em suas comunidades e como elas se organizam politicamente para atuar nas tomadas de decisões ou nos apontamentos dentro das comunidades que vivem. A princípio, eu já tinha tido contato com Kerexú Yxapyry, líder indígena da Terra Indígena (T.I.) Morro dos Cavalos, por ter desenvolvido entrevistas no passado dentro da T.I. Como somente a trajetória de Kerexú não seria suficiente, foi necessário me debruçar sobre os trabalhos a respeito das experiências de outras mulheres. Busco entender os papéis desempenhados por elas pesquisando as atuações destas mulheres dentro de seus territórios. Como na vivência Kaingang:

A atuação de mulheres, tanto dentro do mundo Kaingang como fora, em contato com a sociedade não-india está presente nas concepções culturais deste grupo étnico. No entanto merece atenção especial a participação de lideranças femininas no universo

político Kaingang permeado, sobretudo, pelo gênero masculino. (SILVA; LAROQUE 2016.p.1)

É dentro deste universo permeado pelo gênero masculino que precisei pinçar as experiências e o protagonismo dessas mulheres em suas comunidades. O primeiro capítulo deste trabalho versa então sobre essas atuações dentro de suas comunidades e até mesmo dentro de seus próprios lares, influenciando nas tomadas de decisões coletivas. É importante salientar que ao buscar entender os papéis destas mulheres em suas comunidades acabo buscando também suas pautas e reivindicações:

Estas mulheres empoderadas não querem somente assistir ou orientar o movimento, elas querem ter voz, não ter uma luta individual ou que desmoralize os homens, mas trazer essas falas, essa participação dos bastidores para dentro do movimento indígena como um todo, seja ele no território ou nas lutas externas. (SOUZA; SANTOS; OLIVEIRA, 2020, p.99)

Neste primeiro momento da pesquisa, o principal objetivo é entender como estas mulheres se organizam tanto dentro, quanto fora de seus territórios e quais partes desta participação são observadas em suas pautas quando decidem se candidatar a cargos políticos públicos. Proponho-me a responder às seguintes questões: Quem são essas mulheres? Quais papéis elas exercem dentro de suas comunidades? Como elas começam a se articular politicamente dentro e fora de suas comunidades? Quais são suas reivindicações?

A segunda parte deste trabalho é dedicada a um levantamento histórico da participação indígena na política brasileira, partindo da atuação de Mario Juruna, que ficou conhecido por ser o primeiro deputado federal indígena do Brasil eleito em 1982.

Juruna era um índio xavante que foi eleito primeiro deputado do Brasil. Ao ser eleito toda a imprensa corria atrás dele sempre fazendo uma matéria, fazendo muitas perguntas e nisso o povo brasileiro começou a comentar sobre ele e achavam engraçado um índio ser deputado, e a cada vez que falava na imprensa mais conhecido ficava. (JEKUPE, 2014, p.255)

De Mario Juruna aos dias atuais o caminho percorrido é longo. Este capítulo trata de apresentar o perfil de personagens importantes na caminhada dos indígenas dentro do âmbito político. Além de Mario Juruna, o capítulo apresenta as trajetórias de Ailton Krenak, Ângelo dos Santos Souza Cretã, Sônia Guajajara e a incrível Fen'No. Cada um deles com seus engajamentos políticos, suas lutas, suas resistências, suas pautas e seus discursos servem de combustível para entender o caminho dos indígenas cenário político brasileiro. Neste capítulo apresento, também, uma série de dispositivos legais que os sujeitos indígenas precisam acionar para ter suas candidaturas e seus direitos assegurados.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, apresento os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em relação às candidaturas indígenas. O TSE passou a incluir no

cadastro dos candidatos a opção “etnia” apenas a partir de 2014, ou seja, antes desta data não há registros oficiais disponíveis digitalmente do quantitativo indígena nas eleições. Além destes dados, propus apresentar o atual cenário político em que o pleito de 2020 aconteceu. Dentro de uma crescente onda conservadora, os indígenas conseguiram demarcar as eleições. Parto da apresentação da “Carta aberta aos povos indígenas” publicada em 2017 pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil para elucidar a urgência destas candidaturas:

Nos últimos anos os Povos Indígenas do Brasil têm enfrentado fortes pressões que têm se intensificado em todos os espaços de poder do Estado. No parlamento, têm prevalecido em todos os seus níveis, os interesses de grupos majoritariamente contrários aos direitos dos povos indígenas. Tendo em vista que é no parlamento o lugar aonde se constrói regramentos legais que vinculam toda a sociedade, faz-se necessário enxergarmos esse espaço como estratégico para o empoderamento dos nossos povos e conseguir que de forma efetiva as nossas lutas e pautas sejam evidenciadas e transformadas em instrumentos de resistência e de poder nesse contexto acentuado de correlação de forças e de ataques permanentes aos direitos indígenas. (APIB, 2017. online)

Este chamado é o que norteia a construção da narrativa apresentada nesta parte do trabalho. No todo, o capítulo apresenta um apurado nacional das candidaturas indígenas, mas o foco principal é o estado de Santa Catarina e as candidaturas femininas. Trazendo suas próprias vozes, é com elas que encerro esta pesquisa apresentando o relato de duas candidatas eleitas que se propuseram a acrescentar suas experiências, pautas, lutas, projetos e seus objetivos ao trabalho.

Importante citar que este trabalho foi inteiramente realizado dentro deste “novo normal” imposto pelo avanço da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Em um momento tão específico da história, essa pandemia nos afetou de diversas maneiras. Adoecemos diversas vezes, ora pelo vírus em si, ora pelo medo do desconhecido. Talvez em outro momento esta pesquisa traçaria outros rumos, no entanto sou muito grato pelos encontros, mesmo que virtuais, que este trabalho me proporcionou.

2.O PAPEL DA MULHER INDÍGENA EM SUA COMUNIDADE

O objetivo deste capítulo é buscar compreender quais são os papéis desempenhados por mulheres indígenas e os seus envolvimento com pautas políticas e/ou organizacionais dentro e fora de suas comunidades. De antemão, preciso estabelecer algumas questões que me ajudarão a tecer as discussões importantes para a construção deste capítulo: Quem são essas mulheres? Quais papéis elas exercem dentro de suas comunidades? Como elas começam a se articular politicamente dentro e fora de suas comunidades? Quais são suas reivindicações?

Ao buscar material de pesquisa para a elaboração deste trabalho me deparei, primeiramente, com uma infinidade de escritos acerca da participação de homens indígenas nas organizações políticas dentro e fora de suas comunidades. O desafio era, então, dar enfoque nas participações femininas. Uma vez imerso em vários escritos acadêmicos e não acadêmicos acerca da participação das mulheres nas organizações indígenas, tive contato com uma infinidade de trabalhos voltados para este protagonismo.

A história dos povos indígenas pós contato com os não indígenas é marcada pela violência colonial e violação de direitos básicos. Se analisarmos esta história pela experiência das mulheres indígenas, ela se torna ainda mais cruel. As autoras Adriana Uassuri de Souza do povo Karajá-MG, Juvana Evarista dos Santos e Edileia Santiago Oliveira do povo Xakriabá-MG são mulheres indígenas que se uniram para escrever um trabalho intitulado “A mulher indígena e o protagonismo de sua própria história de luta e resistência”. Trago este informe pois acredito ser de extrema importância apontar o local de fala destas autoras. Segundo elas:

De fato, a história marcada pela violência que os indígenas foram vítimas, e que ainda sofre, é invisibilizada. No entanto, é preciso destacar que ainda mais invisibilizadas e naturalizadas são as violências das quais as mulheres indígenas são vítimas. Por somar as duas características de ser mulher e indígena, se tornam ainda mais vulneráveis e visadas a serem violentadas. (SOUZA; SANTOS; OLIVEIRA,2020, p.102)

Ao abordar estas experiências, pude observar que as relações de gênero impostas no nosso cotidiano também perpassam a vivência indígena. Tomo como explicação para as relações de gênero que irão fazer parte deste capítulo o entendimento de Joan Scott (1989). A autora aponta que gênero é uma importante categoria de análise das relações ao longo da história e que as relações de poder são constituídas a partir das diferenças sociais impostas entre o sexo feminino e masculino. Nestas relações entre o feminino e o masculino, a categoria mulher indígena surge como peça importante nas lutas por direitos e deve ser entendida como Juliana de Cabral de Oliveira Dutra e Claudia Mayorga apresentam: “Trata-se então de entender *mulher indígena e indígena*, enquanto categorias cujos significados estão em disputa, buscando

entender quais ressignificações operam no âmbito da resistência.” (DUTRA; MAYORGA, 2019, p.120).

Quanto ao protagonismo feminino indígena, o intuito deste trabalho é buscar entender como se dá a participação das mulheres em relação às demandas próprias e coletivas dentro de suas comunidades. Para abordar tais experiências, faz-se necessário buscar por relatos diretos acerca destas. Em razão à atual situação global, frente ao avanço da pandemia do novo coronavírus, fica inviável a realização de entrevistas frente-a-frente. Em distanciamento social desde o início deste trabalho, optei por pesquisar relatos já publicados. Surpreendentemente me deparei com uma publicação organizada em 2018 pela filósofa Jônia Rodrigues de Lima chamada: “Ser Mulher Indígena é... Narrativas de Mulheres Indígenas Brasileiras”. Coube perfeitamente a esta pesquisa, pois a publicação traz relatos e experiências de mulheres indígenas de diferentes partes do Brasil. Então, ao longo deste capítulo, pretendo dar espaço às experiências destas mulheres, a fim de tecer diálogos com as autoras e autores escolhidos.

Quem são essas mulheres? Ao buscar responder esta questão, encontraremos quase sempre a mesmas respostas: São em sua maioria mães, que ao longo do tempo tiveram suas funções na esfera dos cuidados com o lar, filhos e marido em um universo predominantemente masculino. É possível observar que as mulheres tendem a participar mais do universo doméstico e estas experiências são observadas em escritos a respeito de várias etnias. Um exemplo encontrado no trabalho de Juciane Beatriz Sehn da Silva e Luís Fernando da Silva Laroque: "Pode se dizer que tradicionalmente relegava-se a mulher Kaingang à esfera doméstica, enquanto os homens monopolizavam a esfera pública no que se diz respeito à vida ritual e às atividades políticas.”. (SILVA; LAROQUE, 2016, p. 4). Longe de diminuir e/ou cristalizar as experiências destas mulheres apenas aos afazeres do lar, tomarei então como explicação para o ambiente doméstico a definição proposta por Maria Helena Ortolan Matos:

No entanto, é preciso considerar que, na organização social dos povos indígenas, o espaço doméstico também funciona como esfera política, ou seja, decisões e ações nele tomadas podem provocar impactos na vida coletiva da unidade social mais ampla (seja a “comunidade” ou a “aldeia”) e não somente na unidade familiar. (MATOS P.147)

Contudo, observo que a participação destas mulheres se dará, muitas vezes, partindo de dentro de suas próprias casas e externalizando suas reivindicações para os interesses das comunidades dentro e fora das aldeias. Encontrei em Silva e Laroque (2016) pontos importantes para abordar a participação feminina neste ambiente político que é instituído dentro de suas próprias casas. Os autores apontam que entre os Kaingang da Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh em

Estrela/RS é comum observar que líderes indígenas homens, ao participarem das reuniões importantes com pautas voltadas para o bem comum de sua comunidade, são influenciados por suas esposas ao tomarem suas decisões. Esta influência geralmente é acatada e o homem apresenta as ideias nessas reuniões como autores. A intenção deste exemplo é entender que o ambiente doméstico e/ou familiar se torna uma extensão do ambiente político, colocando a mulher indígena como agente nas decisões tomadas para a sua comunidade.

Como visto, esta participação pode ser observada dentro do ambiente doméstico, influenciando seus maridos nas tomadas de decisões. Mesmo sabendo que a autoria dessas decisões não seja creditada a elas, existe sim participação. Maria Helena Ortolan Matos é enfática em afirmar que: “O fato de mulheres indígenas não frequentarem lugares públicos ou mesmo de serem limitadas quando deles participam, não significa que estão sendo mantidas alienadas das tomadas de decisão coletivas sobre o destino de seu povo” (MATOS, 2012 p.146).

Posso aqui questionar a limitação que esta agência de bastidores pode causar, pois é possível observar que as vivências destas mulheres atravessam um entrave que é a relação patriarcal dentro de suas comunidades. Esta relação pode causar invisibilidade no papel executado por estas mulheres quanto a sua participação política. Um exemplo muito assertivo do entrave que a relação patriarcal pode trazer é observado no caso das mulheres indígenas formadas no ensino superior que voltam para suas comunidades para atuar nas escolas, conselhos e na saúde dentro das aldeias. Rosângela Célia Faustino, Maria Simone Jacomini Novak e Isabel Cristina Rodrigues (2020) apresentam as dificuldades que mulheres indígenas encontram tanto dentro do ambiente acadêmico quanto fora dele. Em um relato apresentado pelas autoras é possível observar esta relação de poder patriarcal e as dificuldades que estas mulheres sofrem ao tentar exercer suas funções dentro da comunidade:

Aqui é bem complicado porque o homem índio ele não gosta de ser mandado. Até quando eu entrei aqui, quando eu trabalhei aqui como supervisora na escola eu via essa diferença dentro daqui. Os professores índios falavam: poxa ela é uma mulher, nós temos que obedecer? Nós temos que fazer? É complicado. Mas eu acho que isso já vem lá de trás, de antes e isso é uma conquista que a gente tem que ter, tem que brigar bastante (M.A apud FAUSTINO; NOVAK E RODRIGUES,2020 p.21).

As autoras apontam, ainda, que a mulher indígena precisa se dispor a conciliar sua vida doméstica de cuidado com os filhos e marido com os desafios que o ambiente acadêmico apresenta. Dentre eles, a barreira linguística, a dificuldade ao acesso às políticas de permanência, além de serem constantemente questionadas, como observado no relato acima, por causa das relações de poder pré-estabelecidas dentro de suas comunidades:

Verifica-se que as mulheres indígenas vêm reconstruindo, ressignificando e alargando os espaços de participação e atuação política, tanto internamente, nas Terras

Indígenas, cujo cacicado, historicamente é ocupado pelos homens, como externamente, na sociedade brasileira, marcada pelo colonialismo patriarcal (FAUSTINO; NOVAK E RODRIGUES,2020 p.21).

Além desta participação como conselheiras nos bastidores das decisões políticas, dos entraves encontrados para a validação de sua formação e das dificuldades nas relações patriarcais observadas, quais papéis elas exercem dentro de suas comunidades? Retomando a proposta feita no início deste capítulo de me utilizar dos relatos de mulheres indígenas da publicação de Jônia Rodrigues, vamos buscar entender estes papéis a partir da compreensão do que é ser mulher indígena. Começando com o relato de Maria, do povo Mbya Guarani de Biguaçu/SC: “ser mulher indígena Guarani é aprender os valores da vida e transmitir para as novas gerações seguirem a nossa história” (LIMA, 2018, p.46). O relato de Maria nos remete ao movimento da educação, da transposição de saberes e manutenção da boa conduta de seus entes. O papel de portar os valores e transmitir conhecimento é observado em algumas comunidades, como o caso dos Kaingang descrito por Cinthia Creatini da Rocha (2012):

Nesse sentido, sendo as mulheres Kaingang as principais responsáveis pela educação de seus/suas filhos/as, elas estarão sempre, de alguma forma, atreladas às ações e posturas apresentadas por seus/as filhos/as. Mesmo quando já se tornaram adultos, os homens Kaingang devem respeito a seus pais, em especial à mãe, que sempre exercerá certa influência e controle sobre os atos dos/as filhos/as. Em mais de uma ocasião, em diferentes áreas Kaingang, presenciou-se situações em que as mulheres – e na falta das mães, as esposas – aconselharam e decidiram os rumos a serem tomados pelos filhos ou marido. Outras vezes, foram também as mulheres que repudiaram as ações que representavam qualquer desvio de conduta dos seus entes perante demais membros do coletivo indígena. (ROCHA,2012, p.123)

No exemplo de Rocha, pude observar a importância da transposição de conhecimentos e valores aos seus filhos. Na cultura Guarani, além de ser completamente responsável pela criança até aos sete anos de idade, a mulher aparece como principal agente para a conservação e valorização da língua Guarani. É o que explica Helena Alpini Rosa (2017) ao abordar a relação que é construída entre mãe e filho, relação esta que começa a ser trabalhada antes mesmo do nascimento da criança. A autora aponta que as meninas Guarani aprendem desde muito novas, com suas mães e avós, os cuidados com a educação e manejos com as crianças. Estas meninas aprendem também o quão fundamental para a manutenção de seu modo de vida é o ensino da língua, cultura e tradições de seu povo. Esta educação é peça fundamental para a manutenção do modo de vida Guarani e como aponta a própria autora: “É uma relação de responsabilidade e de manutenção da educação tradicional – o gosto pela música, pelo canto; o respeito pela natureza, pela vida” (ROSA,2017 p.162).

Exposto isto, volto o olhar para as experiências de mulheres que transgrediram aos papéis socialmente impostos tanto pela relação do poder patriarcal quanto com as funções da relação com a maternidade. Como elas começam a se articular politicamente dentro e fora de suas comunidades? Buscarei exemplos de mulheres que optam por sair de suas comunidades e adentram o universo acadêmico. São inúmeras as matriculadas em cursos de graduação e nas licenciaturas indígenas, para poderem atuar nas escolas dentro de suas aldeias além, das que trabalham como agentes de saúde, advogadas, agentes ambientais, etc...

A mulher indígena tem ocupado espaços de grande importância dentro dos territórios indígenas, não só pelo papel de mãe, dona de casa, cuidadora do marido.... Temos mulheres pajés, cacicas e lideranças, e elas fazem parte da maior porcentagem de pessoas empregadas em áreas da saúde, educação (SOUZA; SANTOS; OLIVEIRA,2020, p.91).

Jéssica Priprá, do povo Laklãnõ Xokleng, é formada pela Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Ela conta um pouco de sua experiência no âmbito acadêmico e os desafios que ela encontrou durante este período:

Deixar a aldeia e minha filha pequena naquele tempo foi muito triste. O pior foi encontrar olhares preconceituosos dos não indígenas. Você fica sem chão, pois não é o seu lugar, não é a sua gente. Tive que aguentar durante quatro anos, pois meu objetivo era me formar e dar retorno para o meu povo e ajudar na luta contra os conflitos e preconceito que vivíamos. (PRIPÁ apud LIMA, 2018, p.21)

Como apontado por Jéssica, a mulher indígena sofre o impacto que é adentrar ao universo não indígena de várias maneiras. Neste relato, somos capazes de perceber que este impacto se deu tanto na questão do distanciamento de sua comunidade e filhos quanto nas relações experienciadas por ela nos espaços físicos da universidade. Outro ponto importante que preciso ressaltar é que, para Jéssica, era de suma importância o retorno de sua formação para sua comunidade. Matos (2012) aponta que as lideranças femininas do movimento indigenista brasileiro, assim como as lideranças masculinas, são em sua maioria as que detêm a maior experiência no convívio e trocas de experiências com os não indígenas e com os espaços urbanos. Estas lideranças se constroem a fim de transitar entre estes dois universos em prol de buscar protagonismo para atuar na luta pelos direitos de suas comunidades, “Com os conhecimentos adquiridos nos estudos acadêmicos, ampliam seu protagonismo e inserem-se melhor nos espaços políticos nativos e nos movimentos etnopolíticos que empreendem externamente às aldeias.”. (FAUSTINO; NOVAK; RODRIGUES,2020 p.22)

Esta atuação no âmbito acadêmico vem ao encontro do crescente movimento do protagonismo da mulher indígena na sociedade. Munidas destes conhecimentos, a mulher indígena vem cada vez mais ganhando espaço nas decisões de suas comunidades:

Além do âmbito familiar, participar das assembleias indígenas, nas aldeias, com essa bagagem de conhecimentos novos, redigir documentos, debater com as lideranças e comunidades sobre temas relevantes, pensar sobre componentes e práticas das culturas tradicionais que precisam ser refletidos, revitalizados e ressignificados, como, por exemplo, o papel secundário que as mulheres muitas vezes ocupam nas instâncias de poder... esses são os grandes resultados para as mulheres, os povos indígenas, suas culturas e sua história. (FAUSTINO; NOVAK; RODRIGUES, 2020 p.22)

Observei então que, ao adentrar no universo acadêmico, estas mulheres conseguem se organizar politicamente e tentam alcançar o direito a voz ativa nas tomadas de decisões dentro suas comunidades. Estas organizações são fundamentais para desconstruir o pensamento comum que cristaliza a ação feminina indígena puramente aos afazeres domésticos. Além dessas organizações e ações apresentadas falta, neste capítulo, responder à última questão proposta no início: Quais são suas reivindicações? Além da luta pelos direitos básicos, alcance de protagonismo em suas comunidades e a busca por qualificações acadêmicas que possam garantir a sua atuação, essas mulheres indígenas inserem em suas pautas questões importantes pelo bem comum de seu povo. Ângela Sacchi aponta que:

A garantia de seus territórios tradicionais, porque deles dependem a sobrevivência de seus povos, e o direito à saúde e educação diferenciadas, são constantemente explicitados em seus discursos, pois “o movimento de mulheres é para fortalecer o movimento em geral, a política dos povos indígenas é única” (SACCHI, 2011.P,102)

Uma luta única, com a principal intenção de conseguir assegurar direitos. Contudo, tanto em Sacchi (2011), quanto em Souza, Santos e Oliveira (2020), foi possível observar que as reivindicações perpassam os direitos básicos por saúde, educação e se agregam ao bem comum, que é a demarcação de terras e a garantia de direitos para a comunidade. Para Walderes Coctá Priprá de Almeida, do povo Laklãnõ Xokleng/SC, “Ser mulher indígena é ser guerreira. É lutar pelos direitos de nosso povo. É não desistir nos primeiros obstáculos e dificuldades, mas caminhar com coragem para conquistar a luta pelo nosso povo”. (PRIPÁ apud LIMA, 2018, p.60)

Observa-se então que suas reivindicações não apenas apontam questões próprias em relação ao papel da mulher na comunidade indígena, mas se fundem ao bem comum. Este papel é de suma importância, pois acrescenta uma outra visão à pauta das reivindicações da comunidade.

O papel da mulher indígena no território e na luta é essencial para a conquista de direitos para todo o povo. As mulheres não têm uma luta isolada, elas se agregam às lutas que já vêm sendo travadas há muito tempo, principalmente por direitos à demarcação dos seus territórios originários. Elas têm protagonizado várias ações em suas comunidades, têm sido o pilar que sustenta não só a cultura e a luta, mas também

os espaços institucionais que têm ocupado. (SOUZA; SANTOS; OLIVEIRA, 2020 p.99)

Questões essas que, se não fossem apresentadas pelas vozes das próprias mulheres, talvez não aparecessem nas discussões dentro de suas comunidades, haja visto que majoritariamente a participação mais ativa era efetuada apenas pela parcela masculina. A seguir pretendo adentrar nas pautas que estas mulheres trazem consigo e observaremos como movimentos criados a partir de coletivos de mulheres indígenas se uniram para levar questões essenciais de suas próprias vivências para criar espaços de diálogo nos âmbitos político e público. Segundo Cristiane Lasmar (1999), a mulher indígena carrega o estigma que foi criado na colonização e ainda hoje reflete em suas movimentações por direitos. Sofrem com visões deturpadas acerca de suas identidades e também com a invisibilidade caracterizada pelo enaltecimento das ações masculinas ao longo da história.

2.1. MULHERES INDÍGENAS E SUAS PAUTAS

Como visto anteriormente, a mulher indígena, ao longo do tempo, vem alcançando protagonismo frente à luta de seu povo dentro e fora de sua comunidade e, mesmo encontrando vários entraves que dificultam este protagonismo, elas seguem firmes. Por muitas vezes essas mulheres optam por transitar no espaço urbano em busca de formação, melhores condições financeiras e apoio político, a fim de fortalecer as reivindicações de seus direitos. Quanto às pautas que essas mulheres trazem, começarei analisando o documento de pautas de mulheres indígenas criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a ONU Mulheres, em parceria com o coletivo Voz das Mulheres Indígenas.

O coletivo Voz das Mulheres Indígenas¹ surge da necessidade da criação de diálogo nacional entre mulheres indígenas, pauta levantada no encerramento de um projeto implantando pela ONU Mulheres em Mato Grosso do Sul. O evento era voltado para a criação de ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres. A partir da sua criação em 2015, o coletivo atuou exclusivamente na criação da Pauta das mulheres indígenas que irei analisar em breve. Ele é formado por mulheres do grupo de referência das etnias: Guarani Ñandeva, Pitaguarí, Xavante, Guajajara, Guarani Kaiowá e Taurepang. Conta com suas multiplicadoras, mulheres de dezenove etnias que atuaram em seus estados alcançando um total de 104 povos. Entre 2014

¹ Informações contidas no site do coletivo: <http://www.vozdasmulheresindigenas.org.br/>

e 2020 o coletivo desenvolveu encontros, rodas de conversa, conferências e o mais impactante deles, segundo suas articuladoras, a I Marcha das Mulheres Indígenas – Território: nosso corpo, nosso espírito, em agosto de 2019 em Brasília. A marcha reuniu cerca de 2.500 mulheres de mais de 130 povos. Esta marcha marca um momento histórico para as indígenas brasileiras em relação à visibilidade de suas reivindicações e serviu como encerramento oficial do projeto que se iniciou em 2015 resultando na cartilha publicada em 2020, como veremos a seguir.

O projeto Diálogo Nacional de Mulheres Indígenas foi criado em 2015 pela ONU Mulheres, em parceria com a embaixada da Noruega. Este projeto traz pautas definidas por mulheres de várias etnias, visando empoderamento político e maior inserção delas nas decisões dentro e fora de suas comunidades. Este projeto resultou na publicação de uma cartilha chamada: *Voz das Mulheres Indígenas - Pauta Nacional das Mulheres Indígenas (2018)*, visando deixar público os resultados alcançados ao longo dos seus cinco anos de debates e consultas. Este documento está dividido em seis eixos principais: 1. violação dos direitos das mulheres indígenas; 2. empoderamento político; 3. direito à terra e processos de retomada; 4. direito à saúde, educação e segurança; 5. tradições e diálogos intergeracionais; 6. direitos econômicos das mulheres indígenas. O documento é organizado apresentando, dentro de cada eixo, as demandas e as propostas elencadas por estas mulheres. Quanto à organização delas em torno desta publicação, a ONU Mulheres destaca² a importância do fomento destas pautas por apresentarem abordagens acerca dos direitos humanos e do desenvolvimento social. Vale ressaltar que a criação deste projeto é de extrema importância, pois agrega à pauta do movimento indígena brasileiro questões próprias das vivências destas mulheres perante a vários enfrentamentos do que a mulher indígena sofreu e ainda sofre na sociedade. Matos (2012), a respeito da participação de mulheres indígenas em movimentos, aponta que:

Para as mulheres indígenas atuantes no movimento indígena e indigenista seria fundamental para garantir a perspectiva da mulher sobre os problemas coletivos da comunidade e/ou do povo e, conseqüentemente para obter soluções condizentes com a visão feminina sobre a promoção do bem-estar do grupo em que vive. (MATOS, 2012, p.149)

Esta visão apresentada por Matos (2012) pode ser observada ao longo desta cartilha, que destaca pautas bem definidas acerca da experiência feminina. No eixo: Violação dos direitos das mulheres indígenas, que inclui o enfrentamento à violência contra a mulher,

² Coletivo voz das mulheres indígenas lançam livro e site em live no dia internacional dos direitos humanos. 2020 Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/coletivo-voz-das-mulheres-indigenas-e-onu-mulheres-lancam-livro-e-site-em-live-no-dia-internacional-dos-direitos-humanos/>

aparecem demandas que vão desde o combate à violência doméstica, igualdade de gênero no trabalho, acesso a políticas de assistência social, dificuldades em ter acesso aos meios de denúncias até a ausência da responsabilidade do governo em relação às violações de direitos das mulheres indígenas. Estas demandas foram coletadas, discutidas e organizadas pelas mulheres do projeto Diálogo Nacional de Mulheres Indígenas. Esta troca de experiências e debate entre mulheres, como explica Dutra e Mayorga (2019), serve como contribuição importante e fundamental para “[...]gerar sentimentos de solidariedade entre mulheres de diferentes grupos étnicos, que se organizam em movimentos políticos e lutam por reconhecimento, direitos e justiça social.” (DUTRA; MAYORGA, 2019, p.120)

Avançando um pouco na leitura das pautas, foi possível observar que este sentimento de solidariedade apontado por Dutra e Mayorga aparece com bastante ênfase no eixo: Empoderamento político e participação política das mulheres indígenas. Ele aponta demandas como: intercâmbio entre as mulheres indígenas de lições aprendidas e boas práticas, garantia de participação de mulheres indígenas nos espaços de tomada de decisão, apoio para intercâmbio de experiências com outros povos/mulheres/organizações, para fortalecimento e incidência. Observa-se que a troca de experiências foi o alicerce principal para a criação desta cartilha.

A importância de ações políticas como esta do coletivo Voz das Mulheres Indígenas agrega ao movimento indígena brasileiro questões que só poderiam ser elencadas por mulheres, haja vista que suas trajetórias, vivências e experiências foram silenciadas por muito tempo. Estas ações propostas são desafiadoras e, como explica Sacchi:

As propostas das mulheres evocam um desafio ao movimento indígena e aos organismos estatais e não governamentais devido às suas especificidades étnicas e de gênero, e são os compromissos e alianças entre indígenas e não indígenas que estabelecem um processo político complexo de autonomia das mulheres indígenas (SACCHI, 2011, p.101)

Estas propostas ecoam nos exemplos de mulheres que lutam para que suas demandas sejam ouvidas, como é o caso de Cleci Claudino, Kaingang da T.I. Guarita, RS:

Ser mulher indígena Kaingang é conquistar seu espaço e o poder sobre si mesmas, na relação entre as pessoas, definindo-se através de seus comportamentos, atitudes, trabalhos e interesses na sociedade pública. É nosso povo, nossa história, nossas lutas, nossa cultura que faz sermos guerreiras por natureza. (CLAUDINO apud LIMA, 2018, p.41)

Mulheres guerreiras, unidas pelo bem comum de suas comunidades, Cleci é apenas uma das várias que poderíamos citar aqui. As demandas observadas na cartilha servem como base para enfrentarem os obstáculos que elas encontram a frente de seus caminhos. Suas pautas

apresentam o quão invisibilizadas essas mulheres foram e quanto tempo elas ficaram sem o apoio oficial do governo via medidas públicas.

A participação maior das mulheres indígenas na esfera pública da política indígena e no campo político do indigenismo proporcionou-lhes nova inserção no movimento indígena, desta vez configurada na especificidade das reivindicações femininas. (MATOS, 2012, p.154)

Observei que essas mulheres transgrediram os papéis socialmente impostos e alçaram novas trajetórias dentro e fora de suas comunidades. O papel da mulher indígena veio ganhando novas leituras e novos significados e aos poucos elas conseguem alcançar mais espaços para colocar suas pautas em evidência.

A conquista de espaço dentro e fora das Aldeias tem sido de uma grande participação das mulheres dentro de ações, do movimento indígena e da representatividade. O empoderamento e protagonismo que vêm a cada dia ganhando força, resultaram, hoje, em indígenas formadas, capacitadas em diversas áreas, com a participação efetiva na política nacional, e aquelas também que ficam nas suas bases responsáveis por diversos e questões que variam de uma cultura para outra. São as que também seguram a luta. (SOUZA; SANTOS; OLIVEIRA, 2020 p.100)

Foi possível, até aqui, elencar algumas das diversas ações que mulheres indígenas realizaram a fim de conquistar destaque em diferentes espaços. Tentamos entender qual o papel da mulher indígena em suas comunidades e como as relações de gênero que são comuns na nossa sociedade também influenciam na vivência das comunidades indígenas. A intenção era a de apresentar um panorama que pudesse deixar em evidência o protagonismo destas mulheres na busca pelos seus direitos. Foi possível observar em diferentes falas e discursos que o papel da mulher indígena é múltiplo, mulheres se organizaram em coletivos, criaram e publicaram suas pautas e hoje estão aos poucos ganhando espaço na política.

Estudos que apresentem estas nuances ainda são poucos e, como disse no início deste capítulo, é necessário voltar o olhar para esta perspectiva, pois como bem aponta Matos (2012), “A participação maior das mulheres indígenas na esfera pública da política indígena e no campo político do indigenismo proporcionou-lhes nova inserção no movimento indígena, desta vez configurada na especificidade das reivindicações femininas.”. (MATOS,2012 p.154). Assim, torna-se cada vez mais necessário dar voz a essas mulheres e entender que esta luta envolve toda a comunidade e que a mulher indígena se coloca na linha de frente quando é a luta pelos direitos de seu povo.

Nesse século XXI, muitas correntes estão sendo quebradas. Assim, com o afloramento do feminismo, as mulheres indígenas vêm dando o seu grito de existência, mostrando que sempre fomos Guerreiras, que queremos tomar de volta o lugar que nos foi roubado a mais de 520 anos. Seguiremos cada dia mais fortes, sendo luta e resistência

juntas e juntos aos nossos povos pelo direito de existir. (SOUZA; SANTOS; OLIVEIRA,2020 p.104)

Ao longo dos próximos capítulos desta pesquisa vamos tentar entender como funciona a construção de lideranças indígenas femininas, mulheres que buscam cargos na política para conseguir mais representatividade para seus povos. A intenção é compreender quem são essas mulheres e como elas construíram suas carreiras dentro da política. Para isto proponho um breve resgate histórico da participação indígena na política brasileira. Apresentando a trajetória daqueles e daquelas que lutaram e ainda lutam para terem seus direitos reconhecidos.

3. PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NO PANORAMA POLÍTICO NACIONAL: HISTÓRIA E ATUALIDADE

No capítulo anterior pude começar a apresentar a caminhada que estas mulheres indígenas fizeram até alcançarem o direito de ter suas vozes ouvidas. Apresentei exemplos de mulheres que fugiram dos estereótipos cristalizados ao longo do tempo e mulheres que transgrediram aos papéis sociais que são comumente impostos. A partir de agora, proponho apresentar um panorama da participação indígena na política brasileira com o intuito de entender como esta participação alterou a percepção indígena sobre o jogo político nacional em relação ao engajamento dos próprios sujeitos indígenas e quais dispositivos legais eles tiveram que acionar para que esta participação pudesse de fato acontecer. Pretendo, ainda, apresentar os principais feitos destas personagens e quais eram suas reivindicações na época em que atuaram no cenário político nacional. Ressalto que não cabe a esta pesquisa fazer uma linha do tempo cronológica com toda a participação de sujeitos indígenas na política brasileira, mas sim apresentar de forma ampla as ações de alguns indígenas e a importância de seus protagonismos para o cenário. Cabe apontar também que, ao me referir à participação política, não me atenho apenas à participação partidária em si, mas toda a manifestação e luta por direitos, demarcação de terras, e questões que permeiam a vivência indígena. Márcia Kambeba em entrevista à revista *PerCursos* da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), exemplifica bem o que pode ser entendido por essa participação política não partidária:

Os povos indígenas já faziam política desde o momento em que o contato chega, e a gente faz política o tempo todo. Quando estamos lutando pelos nossos direitos, quando a gente se mobiliza, quando a gente fecha uma rua em Brasília e junta Kayapó, Kambeba, Tembé etc., e vamos juntos, vamos cantar, vamos dançar, mostrar que estamos exigindo direitos, isso é política. Quando a gente se reúne para fazer o Acampamento Terra Livre, isso é política indígena. Quando a gente se reúne no território, juntamos 200 mulheres e vamos discutir quais os direitos das mulheres, como podemos nos articular para melhorar: isso é luta política. (KAMBEBA, 2020. P.390)

Veremos a seguir exemplos daqueles que lutam pelos direitos dos seus, dentro e fora de suas aldeias. Seja discursando no plenário, pintando o rosto, elegendo-se em um cargo político, publicando livros ou até mesmo articulando estudos dentro das universidades do país.

3.1. INDÍGENAS NA POLÍTICA BRASILEIRA

O tom era de denúncia, de revolta e o volume alto da voz era para impor e pedir respeito. Na comemoração do dia do índio em dezenove de abril de 1983, Mario Juruna, o primeiro deputado federal indígena eleito no Brasil, discursava na tribuna da câmara dos deputados em Brasília:

Gente que falava, imagina como que Juruna vai entrar no plenário? Imagina índio, o que que vai resolver no plenário? Imagina como é que índio vai representar índio? E eu quero saber, imagina o que que branco representa aqui no Brasil? [...] Por que o governo brasileiro não dá oportunidade para o índio? Porque ele quer continuar tutelar por toda vida o índio e nós não precisamos ser tutelados, nós somos responsáveis e nós somos gente, nós somos seres humanos. [...] Único índio que tá falando hoje, único deputado que tá falando hoje: não é terceiro, não é quinto deputado, não é cinquenta deputado. Se tiver ao menos mais cinquenta Juruna, o Juruna já tinha mudado o Brasil. (JURUNA, 1983)

Mario Juruna é uma figura principal quando o assunto é sobre indígenas na política brasileira, natural de Barra das Garças no Mato Grosso, Juruna era da etnia Xavante e ficou nacionalmente conhecido por sua atuação no cenário político de Brasília desde a década de 1970, onde percorria os gabinetes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em busca dos direitos de seu povo pela demarcação de suas terras. Em 1982 Juruna foi eleito com 31 mil votos pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), o primeiro representante indígena da política brasileira³. Sua carreira política foi marcada pelos seus discursos sem freio e que, por muitas vezes, aqueciam a câmara dos deputados em Brasília com seus gritos fervorosos pedindo principalmente por reconhecimento e respeito.

Na coluna Memória, do Jornal da Universidade de São Paulo, Maria Eugênia de Menezes apresenta um compilado da atuação de Mario Juruna ao longo de sua carreira política e de sua vida antes de ser eleito em 1982: “Como deputado federal, Juruna foi uma espécie de embaixador das nações indígenas e sua atuação no congresso serviu para sensibilizar setores sociais para os problemas que os indígenas enfrentavam.” (MENEZES, 2002, on-line). Juruna ficou famoso por transitar por Brasília portando seu gravador onde ele, cansado das falsas promessas dos políticos, gravava tudo o que era prometido para poder cobrar depois.

Mario Juruna era cacique de sua comunidade na reserva de São Marcos no Mato Grosso, e decidiu ir para Brasília para tentar falar com as autoridades sobre a situação de seu povo. Na época, sua maior preocupação era para com a demarcação das terras em que viviam,

³ Coluna Memória do Jornal da USP de 2002. Acessado em 01 de abril de 2021. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp606/pag10.htm>

e pelo histórico da vivência Xavante nestas terras a preocupação era cem por cento válida: “Os Xavantes viviam na cabeceira do rio Xingu e depois de uma série de conflitos com posseiros foram empurrados para o rio Araguaia até chegarem ao Mato Grosso, onde ocuparam as margens do rio da Morte.”. (MENEZES, 2002, on-line). Em sua carreira política foi o responsável, em 1983, pela criação da Comissão do Índio, órgão em que foi o primeiro presidente. A comissão era responsável pelo asseguramento dos direitos indígenas e passou a funcionar permanentemente na Câmara dos Deputados. Outro marco importante de sua carreira foi a alteração da composição da Fundação Nacional do Índio, “Ele queria que a FUNAI fosse administrada por pessoas apontadas pelas comunidades indígenas – índios ou indigenistas reconhecidos.” (MENEZES, 2002, on-line).

Segundo Menezes (2002), ao longo de sua carreira política, Juruna se envolveu em diversas polêmicas. Recusou-se a seguir o protocolo do vestuário, não trajando o tradicional terno e gravata e passou perto de ser exonerado de seu mandato ao dizer que “todo ministro é ladrão”. A autora aponta que Juruna teve sua imagem manchada ao receber propina do empresário Calim Eid “para votar em Paulo Maluf no colégio eleitoral”. Juruna assume seu erro e “pressionado pelos colegas de partido, ele acabou denunciando o suborno, devolvendo o dinheiro e votando em Tancredo Neves”.

Outro personagem fundamental e com um discurso que ficou marcado na história é Ailton Krenak que em 04 de setembro de 1987, trajando um impecável terno branco proferiu um dos mais expressivos discursos em prol dos direitos e respeito à população indígena brasileira:

Eu espero não agredir com a manifestação o protocolo desta casa. Mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos, os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. Povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver. Tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida e da sua cultura que não coloca em risco seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país. E hoje nós somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não tem o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação. Que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas. Um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado de jeito nenhum como um povo que é inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da nação, e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil. E os senhores são testemunha disso. Eu agradeço a presidência desta casa, agradeço os senhores e espero não ter agredido com as minhas palavras os sentimentos dos senhores que se encontram nessa casa. (KRENAK, 1988)

Com pausas estratégicas entre as frases, pausas marcadas com seu ato de pintar o rosto com tinta preta, Ailton Krenak consegue em minutos proferir seu discurso marcante contra todas as atrocidades vividas pela população indígena até aquele momento. Este discurso foi fundamental para que os presentes naquela assembleia aprovassem os artigos 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” (BRASIL, 1988, Art. 231) e o artigo 232: “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.”. (BRASIL, 1988, Art. 232)

Natural de Minas Gerais, Ailton é da etnia Krenak e é reconhecido nacional e internacionalmente como uma das principais lideranças indígenas brasileiras. É escritor, ambientalista, foi um dos líderes da União Nacional dos Indígenas (UNI) e sobre a UNI, Ailton Krenak aponta que:

Meu trabalho junto à União das Nações indígenas (UNI) é a minha vida. Porque minha vida só terá sentido na medida em que eu puder resgatar uma identidade. O que é isso? É afirmar a existência e o direito à existência dos índios no Brasil. É construir um Brasil onde todos possam ter seus direitos garantidos na prática e não só no papel. (KRENAK, 2015 p.22)

Sobre esta existência apontada por Ailton Krenak os indígenas precisaram lutar para ter direitos garantidos por lei como; o direito ao voto, o direito a suas expressões culturais e religiosas e o direito à elegibilidade política como forma de tentar assegurar a representação direta nos cargos públicos. Sobre esta elegibilidade, apresentarei agora alguns dos dispositivos legais que embasam e garantem direitos políticos aos indígenas brasileiros.

O artigo quinto da constituição, no capítulo voltado aos direitos e deveres individuais e coletivos diz que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. (BRASIL, 1988 Art. 5). Este direito é estendido as populações indígenas? Em parte, sim. Veremos a seguir como os indígenas tem garantido sua participação no cenário político brasileiro e como os dispositivos legais tem sido interpretados para assegurar esta participação.

No Brasil, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, para se ter direito ao voto é necessário ter no mínimo dezesseis anos completos, ser alfabetizado e ser residente ou comprovar nacionalidade brasileira. Fica obrigatório o sufrágio daqueles maiores de dezoito anos em condições de liberdade e também estarem em dia com as obrigações eleitorais do ano

anterior. Para homens, torna-se necessário a apresentação do certificado de dispensa ou participação do serviço militar. Ainda segundo o TSE, para se cadastrar como candidato, o cidadão brasileiro precisa ter no mínimo dezoito anos completos, estar filiado a algum partido político, ser residente da localidade para qual pretende pleitear sua candidatura e estar em pleno exercício de seus direitos políticos.

Estas obrigatoriedades apresentadas acima poderiam servir de impedimento quando o assunto é a participação política dos indígenas, pois alguns dos itens classificados vão na contramão das vivências indígenas e poderiam causar um impedimento ao direito ao sufrágio e/ou candidatura deles. Um exemplo é a obrigatoriedade da conclusão do serviço militar, quando homem. Segundo Bruna Ferreira de Andrade e Volgane Oliveira Carvalho (2019), a situação da obrigatoriedade militar imposta aos cidadãos brasileiros não se aplica aos indígenas, pois esta se baseia no “desatualizado estatuto do Índio (lei n.º 6.001/1973)”, que desobriga os indígenas em solo nacional a se alistarem até que sejam totalmente integrados a nação brasileira. Esta obrigação torna-se nula e esta interpretação auxilia e garante que estes indígenas possam ter direito ao voto e a serem elegíveis.

Se percorrermos todos os quesitos necessários para uma pessoa ser elegível, veremos que, para os indígenas, estas obrigatoriedades montam um cenário desfavorável à sua participação e que, este cenário, cria um jogo intenso de interpretação e reinterpretação dos ditames legais. Este jogo obviamente é sempre de exclusão. Outros exemplos podem ser observados, como a obrigatoriedade a residência fixa no local de pleito. Andrade e Carvalho, (2019) apontam que esta obrigatoriedade afeta principalmente os povos nômades e que este impedimento foi contornado com a vinculação destes com o domicílio eleitoral. O domínio da língua portuguesa também aparece como um impeditivo, mas, como a regra deste jogo é revirar as leis, novamente cito o artigo 231 da constituição: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, **línguas**, crenças e tradições, [...]” (BRASIL, 1988, Art. 231, grifo meu). Então, quando eu questiono sobre a aplicação do artigo quinto da constituição aos indígenas é sobre estes impedimentos que estou falando. A constituição se aplica, basta saber se a interpretação a ela inclui os indígenas como cidadãos brasileiros em plenos direitos.

Ângelo dos Santos Souza Cretã, natural de Mangueirinha no Paraná, é Kaingang e é um importante líder indígena que se destacou também por ser o primeiro indígena a ser eleito vereador no Brasil. Eleito pelo MDB em 1976, Cretã foi o responsável pela recuperação da Terra Indígena de Mangueirinha que havia sido fracionada e vendida pelo governo do Paraná em 1949. Segundo Caliandra Kevin Alves (2019), o governador do Paraná Moisés Lupion

conseguiu liberação com o governo federal para vender parte da T.I Mangueirinha à iniciativa privada e, com esta liberação, vendeu cerca de nove mil hectares. Posteriormente o governo devolve as terras aos povos que ali residiam, mas sem esta parte que fora vendida.

Nesse processo, muitos Kaingang, inclusive da família Cretã, foram expulsos de suas terras, e suas casas foram destruídas. Logo após o ano de 1973 a FUNAI entrou na justiça para reaver as terras dos indígenas, mas em setembro de 1979 o grupo Slaviero ganhou o processo em primeira instância. (ALVES, 2019 p,17)

Este processo mencionado por Alves foi organizado por Cretã que juntamente aos advogados da FUNAI movera a ação. Contudo, contrariado com o resultado da ação movida, Cretã continua engajado na luta pela recuperação da parte da Terra e, em 1980, retoma à força aquele território que havia sido vendido “[...] com apoio de lideranças de outras T.I’s do sul expulsaram os funcionários dos Slaviero, retomando as terras da aldeia Sede, a chamada ‘Campina do Cretã’” (ALVES, 2019,p.29). Ainda segundo a pesquisa de Alves (2019), Cretã por ser uma figura tão influente nas lutas pelos direitos de seu povo, ficava exposto a ataques e perseguições vindas de moradores vizinhos da T.I bem como madeireiros com interesse nas terras. Em janeiro de 1980 Cretã sofre um acidente de carro e acaba vindo a óbito. Relatos apresentados por Alves (2019) apontam que a comunidade Kaingang da T.I Mangueirinha acredita que este acidente tenha sido uma emboscada em resposta à retomada forçada das terras anteriormente.

Voltando à participação política dos indígenas, em Santa Catarina temos um grande exemplo de resistência, resiliência, luta por direitos e peça fundamental para a recuperação da Terra Indígena do Toldo Chimbangue. Trata-se da Kaingang Fen’Nó: “...seu nome Fen’Nó, significa “arma”, “flecha em pé” na língua Kaingang. É tão expressivo de sua trajetória de luta pelos direitos originários de seu povo quanto seu nome em português: Ana da Luz Fortes do Nascimento” (SCHILD; SILVA, online) O documentário, *Fendó – Tributo a uma guerreira*, produzido pela Penna Filho Produções em 2000, remonta a trajetória desta mulher corajosa que esteve à frente da luta pela demarcação e reconhecimento de seu território no oeste catarinense. O recorte de jornal com uma matéria exibida nos minutos iniciais do vídeo apresenta um pouco da trajetória de luta que esta guerreira travou por toda a sua vida

Ao buscar a trajetória de Fen’Nó percebi que sua participação política e sua resistência foram peças fundamentais para vários autores e estudiosos do protagonismo indígena no Brasil. Clovis Antonio Brighenti em seu tributo a esta guerreira publicado na página do Conselho Indigenista Missionário, aponta que:

Forte não era apenas um nome, era também sua qualidade, sua virtude. Jamais deixou sua terra de nascimento, nas margens do Irani, mesmo quando o SPI fez acordo com

o governo do estado de Santa Catarina para “limpar” o Toldo Chimbangue e transferir as famílias para a Terra Indígena Xapecó, em 1954, Fen’Nó se recusou a sair. Ficou sem assistência e proteção do Estado, mas manteve a raiz na terra natal. Mais tarde, em 1972 quando a colonizadora Luce & Rosa e Cia Ltda vendeu os últimos 100 hectares em que se encontrava a comunidade Kaingang ela se recusou a abandonar o local. Foi nesse momento que iniciou a luta que resultou na recuperação de 988 hectares em 1985 e mais 975 hectares em 2006. Fiel à tradição Kaingang nunca abandonou o local onde está enterrado seu umbigo, agora não só seu umbigo, mas todo o corpo. (BRIGHENTI, 2014 online)

Como dito anteriormente, Fen’Nó foi peça fundamental na luta pela demarcação e recuperação da Terra Indígena do Toldo Chimbangue. Segundo a biografia escrita por Joziléia Daniza Jagso Inácio Schild e Elis do Nascimento Silva, disponível no site do projeto “Os Brasis e suas memórias: os indígenas na formação nacional”, os Kaingang começaram a se organizar nos anos de 1970 com o intuito de retomar suas terras no Toldo Chimbangue. Fen ‘No, que participava destas organizações integrou a comissão que foi à Brasília em 1985:

Foi em 1985 que uma comissão de lideranças Kaingang se destinou à Brasília para reivindicar as terras do Toldo Chimbangue, que até então estavam escrituradas e vendidas para não-indígenas da região, integrando este grupo a guerreira Fen’Nó. Eles acamparam no Gabinete da FUNAI em Brasília e declararam só sair quando suas terras fossem desocupadas pelos colonos, os quais bloquearam a entrada dos indígenas e da FUNAI para prestar serviços. (SCHILD; SILVA, online)

Neste acampamento, Fen’Nó teve inúmeras reuniões com ministros e, como é mostrado no documentário de Mario Penna Filho, ela se manteve resistente e persistente em seu objetivo: demarcar as terras de seu povo e garantir a manutenção de sua cultura. “Iremos demarcar nossas terras com as próprias mãos, se até dia 14 deste mês o governo não publicar decreto criando nossa reserva!”. (Depoimento de Fen’Nó. FILHO, 2000) Segundo Brighenti (2014), as terras do Toldo Chimbangue foram as primeiras a serem devolvidas aos indígenas no Brasil. O exemplo deixado na história por ela talvez tenha influenciado uma geração de outras mulheres indígenas a erguerem suas cabeças e irem em busca de seus direitos. Não foi de se espantar que, enquanto eu buscava bibliografia para a elaboração deste trabalho, o nome de Fen’Nó era frequentemente citado quando o assunto era a força de mulheres indígenas nas lutas por direitos.

Infelizmente, ela deixou o plano terrestre. No auge dos seus cento e dez anos, Fen’Nó fez a passagem em 2014 e, como já citado acima, agora todo seu corpo descansa onde seu umbigo havia sido enterrado em seu nascimento, seguindo a tradição de seu povo Kaingang em sua terra (re)conquistada com muita luta, perseverança, resistência e resiliência.

Dando continuidade a este pequeno resgate da participação indígena na política brasileira, não poderia deixar de trazer a trajetória da líder indígena Sonia Guajajara. Ficou amplamente conhecida com imensa repercussão nas eleições de 2018, Sonia Guajajara apareceu como candidata a vice presidência do Brasil em uma chapa encabeçada pelo candidato Guilherme Boulos no Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL. Sônia Bone Guajajara, nascida na terra indígena de Araribóia é do povo indígena Guajajara do Maranhão, faz parte da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil é mestre em cultura e sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Uma influente mulher indígena que atua também como professora do ensino fundamental e auxiliar de enfermagem

Em janeiro de 2018, Sônia publicou uma carta aberta⁴ sobre sua pré candidatura à presidência da república. No documento que foi postado em suas redes sociais, ela faz um alerta sobre a crescente onda de conservadorismo que vem se instaurando no Brasil, ela defende que os direitos dos trabalhadores sejam assegurados e, acima de tudo, que os povos originários consigam resgatar o direito pelas suas terras e se tornem cada vez mais protagonistas na construção da sociedade brasileira. A carta ainda abrange a recorrente onda de retirada de direitos dos povos indígenas e alerta para o fato de que ainda existe pouquíssima representatividade na política entoando um chamado para que mais candidaturas indígenas possam acontecer em todos os cargos possíveis.

E quero aqui começar o ano falando sobre candidaturas indígenas em 2018. Diante de todos os ataques e retrocessos que vem perdurando durante toda a história, se faz necessário que nós indígenas com toda a nossa sabedoria, ancestralidade e articulação possamos nos adentrar nas candidaturas das próximas eleições para pleitear as vagas nos espaços institucionais ao Parlamento e ao Executivo, conforme for as nossas articulações políticas partidárias, e assim começarmos a ocupar esses espaços que até hoje, 518 anos depois, é ocupado em sua maioria por representantes muito distante ou totalmente contrário às causas populares e à diversidade desse país. (GUAJAJARA, 2018)

Este chamamento aos indígenas feito por ela é embasado pelos anos e mais anos de falta de representatividade indígena no âmbito político brasileiro. Sônia busca reunir e levantar os seus para que esta representatividade seja de fato colocada em prática. Diariamente observamos que muitas das ações políticas voltadas aos povos indígenas não contam com a participação destes que deveriam ser consultados em primeira instância. Como exemplo temos o Projeto de Lei nº 490, de 2007, que define que, para futuras demarcações ou demarcação em

⁴ Carta disponível online em: <https://midianinja.org/news/sonia-guajajara-lanca-carta-sobre-pre-candidatura-a-presidencia-da-republica/>

andamento, os indígenas deveriam comprovar que estariam ocupando as terras pelo menos desde o dia cinco de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal⁵, projeto conhecido como Marco Temporal. Vale lembrar que no ato da promulgação da constituição os indígenas eram tutelados pelo estado e sequer eram reconhecidos como cidadãos, muito menos como cidadãos brasileiros, como já mencionei anteriormente. Sônia denuncia a falta de representatividade e adverte para a inexistência de uma consulta prévia aos indígenas.

Nos últimos anos tenho acompanhado muito de perto a guerra dentro do Congresso Nacional, é de fato uma guerra sem trégua, temos ali alguns poucos aliados que nos apoiam, nos defendem, nos ajudam, mas a nossa presença ali faz muita falta. Todos os dias, somos alertados de alguma medida que tem a ver com a nossa pauta que deve ou não entrar para a ordem do dia (linguagem adotada no Congresso para votar seus projetos de lei ou Pecs), e muitas das vezes já sabemos em cima da hora o que impossibilita nossas mobilizações. Mesmo assim temos feito muito, a presença de delegações dos estados tem feito uma grande diferença, mas a nossa percepção cada dia constata que precisamos ter uns ou umas de nós ali dentro. (GUAJAJARA, 2018)

É evidente a tentativa de silenciar as vozes destes povos e esta tentativa fica mais possível sem a participação ativa das lideranças indígenas como apontou Sônia. Além de garantir o direito a ter suas vozes ouvidas, a maior presença de indígenas na política viabilizará a criação de leis que possam abordar a pauta partindo das reivindicações que surgem dentro das próprias comunidades. Visando garantir respeito e o fim da violência colonial que vem sendo experimentada por esta população desde o primeiro contato, no século XVI. Quanto à esta violência:

Começamos a analisar todo o nosso histórico de luta, de movimentos, mobilizações, articulações e alianças, crescemos muito, ganhamos visibilidades e adesões, ocupamos espaços nacional e internacional, saímos na imprensa, ocupamos as redes sociais, mas nem por isso deixamos de sofrer o racismo, de ver nossas lideranças sendo assassinadas, nossas crianças, mulheres e idosos morrendo por falta de atendimento adequado, a juventude sem perspectivas, a violência aumentando, os direitos sendo retirados, os territórios ameaçados, invadidos ou sendo entregues ao agronegócio... e assim segue a saga do povo originário desconhecido e invisibilizado dentro de seu próprio país. (GUAJAJARA, 2018)

Foi possível observar que a representatividade política de indígenas no Brasil ainda é escassa. Denúncias como a de Sônia nos dão um pouco da dimensão desta escassez, a invisibilidade apontada por ela se dá por diversas vias. Desde falta de incentivos para a participação, divulgação ineficiente, processos muito burocráticos até mesmo a falta de transparência quanto às estatísticas eleitorais. A seguir apresentarei alguns dados de eleições

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

passadas coletadas no site do Tribunal Superior Eleitoral, onde percebi a inexistência de algumas informações importantes.

3.2. CANDIDATURAS INDÍGENAS

Ao analisar as estatísticas eleitorais disponibilizadas pelo TSE, observei algumas inconsistências em relação às candidaturas indígenas constantes naquela plataforma. O site apresenta uma seção dedicada às estatísticas eleitorais que são divididas pelo ano do pleito, começando por 2004 até 2020, e um repositório que nos dá acesso às informações brutas dos pleitos desde 1945. Naturalmente, o caminho para se chegar a estes dados é sempre incerto, mesmo estando em contato com a página por muito tempo observei que por várias vezes os acessos às informações sofreram alterações. Observando as estatísticas eleitorais disponíveis, percebi que nos dados das eleições de 2004 até as eleições 2012 não consta a informação raça/etnia nos registros de candidatura. Isto inviabiliza a consulta e pesquisa por candidaturas indígenas em âmbito nacional. A falta de acesso online a estes oito anos de documentação impossibilita a criação de um gráfico destas candidaturas para análise quantitativa da representatividade indígena nos pleitos deste período. Conseguimos ter acesso a esta classificação por etnia somente a partir das eleições de 2014. Com estes dados em mão, apresentarei agora uma análise dos pleitos de 2014, 2016 e 2018 a fim de trazer à tona o quantitativo eleitoral indígena e, na medida do possível, entender se houve um crescimento no número de candidaturas indígenas ao longo desses 4 anos.

Começando pelo pleito de 2014, onde os brasileiros votaram para eleger Presidente, Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. De um total de 26.161 candidaturas, 54,96% dos candidatos se autodeclaravam brancos, 9,158% pardos, e 0,32% indígenas, estes com um quantitativo de 85 candidaturas. Destes, 79 indígenas concorriam para o cargo de deputado federal, estadual e distrital e apenas 5 para senador. Não houve nenhuma candidatura para a presidência neste pleito. Em tempo, destas 85 candidaturas, 34% dos candidatos eram mulheres, totalizando 29 candidaturas femininas. Quanto à filiação partidária, pude notar que, neste pleito, os partidos mais procurados pelos indígenas foram o Partido dos Trabalhadores (PT) com 17% dos candidatos, seguido pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) ambos com 14,2% de adesão. Esse pleito resultou na eleição de apenas um candidato que foi eleito para Deputado Estadual pelo Partido

dos Trabalhadores no estado do Espírito Santo. Totalizando 0,06% de sucesso nas candidaturas indígenas daquele ano. Um número baixíssimo de pessoas representando os povos indígenas.

Em 2016, as eleições foram para escolher Prefeito e Vereador, das 496.927 candidaturas válidas 51,45% eram autodeclarados brancos, 39,12% pardos, 8,64% pretos e 0,35% indígenas. Os indígenas desta vez totalizaram 1.715 candidatos. Destes 30 concorriam para prefeito, 62 para vice-prefeito e 1.623 para vereador. Ao final desta eleição tivemos 184 candidatos eleitos. Destes 6 foram eleitos para prefeito, 10 para vice-prefeito e 168 para vereador um total de 9,8% de sucesso nas eleições. Do total de candidatos, 27,58% eram mulheres, totalizando 473 candidaturas femininas. O Partido dos Trabalhadores aparece com o maior número de candidatos, representando 10,55% das candidaturas seguido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 6,01% e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) com 4,96%.

Nas eleições de 2018 foram eleitos Presidente, Governadores, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Deputados Distritais. Desta vez, das 16.071 candidaturas válidas 52,24% dos candidatos eram brancos, 35,7% pardos, 10,86% pretos e 0,46% indígenas totalizando 133 candidaturas. Dentre elas, 36,84% eram femininas, totalizando 49 mulheres indígenas candidatas. Os partidos mais procurados desta vez foram o Partido Socialismo e Liberdade com 20,3%, o Partido dos Trabalhadores aparece com 10,53% seguido pela Rede Sustentabilidade com 7,52% das candidaturas. Em relação aos cargos, não houve representantes para Presidente, 2 concorriam como vice-presidente, 2 como governador, 2 como senador, 39 como Deputado Federal e 79 como Deputado Estadual. Ao final deste pleito observei que, novamente, apenas uma indígena foi eleita neste ano, Joenia Wapichana, que foi eleita para Deputada Federal pela REDE em Roraima. As eleições de 2018 ficaram marcadas pelo uso de informações falsas para desacreditar candidatos, falas recheadas de ódio do então presidente eleito e uma onda avassaladora de ataques a todas as minorias. Nesta eleição foi possível observar a crescente onda de conservadorismo que avançava sobre o Brasil, como denunciou Sônia Guajajara na carta que apresentei acima e, este crescente movimento de silenciamento das minorias pôde ser observado no resultado das urnas.

Conseguí observar por estes dados que, houve um aumento no número de candidaturas de indígenas desde o pleito de 2014 e, infelizmente pela falta da classificação étnica nas eleições anteriores, foi impossível realizar uma análise com base nos dados mais antigos. Outra observação importante é que, de acordo com os dados analisados pude perceber que, em

maioria, os indígenas buscam filiações em partidos como o espectro político voltado à esquerda e centro esquerda como o PT, PC do B, PSOL, PSB e REDE.

No próximo capítulo apresentarei um detalhamento mais minucioso das eleições de 2020, trazendo recorte de gênero e enfocando nos resultados do pleito em Santa Catarina. Após dois anos de um governo federal com discursos de ódio contra a população indígena e direitos sendo retirados, pretendo exibir se houve alguma mudança no cenário político que fez com que mais candidaturas indígenas fossem efetivadas.

4. ELEIÇÕES DE 2020 E A REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA

4.1. CENÁRIO POLÍTICO

O cenário político mais favorável para com as questões indígenas somente seria possível com a eleição de um representante indígena para o cargo de presidência da república, mas, como é sabido, não alcançamos ainda este nível de representatividade. Além disto seria de extrema importância também, mais representatividade no Congresso Nacional, para assim legislar sobre as tão caras pautas para a defesas dos direitos básicos dos indígenas como acesso à saúde, educação, e elaboração de projetos que possam favorecer o bem estar dos povos originários. Em suma, o cenário que antecede o pleito de 2020 é representado por um crescente movimento da extrema direita brasileira. Este, se faz com a falta de políticas públicas voltadas aos menos favorecidos e com o aumento da disseminação das “*fake news*”⁶ por toda internet. Em relação aos indígenas a difusão de mensagens ou notícias mal contextualizadas faz com que o arcaico pensamento colonial do “índio selvagem” ou aquele índio que só aparece como agente do passado ainda perdure no imaginário popular. Este movimento direitista invalida culturas, silencia povos, segrega as minorias e, principalmente, retira direitos das populações mais necessitadas.

Voltando aos indígenas, especificamente, posso usar como exemplo uma fala do atual presidente da república Jair Bolsonaro: “Nem um centímetro a mais para terras indígenas”⁷ disse em entrevista do ano de 2018 no Mato Grosso do Sul. De um lado temos um presidente da república que entoa falas problemáticas e preconceituosas, do outro uma parcela da população que compra este discurso e o defende ferrenhamente. O imaginário popular que fica acerca destas populações novamente vai ser carregado de preconceito e desprezo. Lembrando que o presidente, uma figura que se utiliza de toda a sua visibilidade para gerar este tipo de pensamento, pode causar sérios problemas aos que ele ofende. Estas ofensivas vão de encontro com os vários ataques que as populações indígenas vêm sofrendo como, por exemplo, os

⁶ “Fake News”, em tradução livre: notícias falsas. A divulgação de Fake News vem sendo utilizada nas campanhas eleitorais, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, com o objetivo de promover notícias absurdas apenas para criar boatos e reforçar um determinado pensamento generalizador, que facilmente vai ser consumido pela grande massa. O principal meio de divulgação dessas Fake News, atualmente, são as redes sociais.

⁷ “Nem um centímetro a mais para as terras indígenas”, diz Bolsonaro. DE OLHO NOS RURALISTAS: Observatório do agronegócio no Brasil. 8 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/08/nem-um-centimetro-mais-para-terras-indigenas-dizbolsonaro/>. Acesso em: 8 de maio de 2021

constantes ataques sofridos pela comunidade do Morro dos Cavalos em Palhoça, município de Santa Catarina. A líder Indígena Kerexú Yxapyry, foi a primeira cacica Guarani reconhecida no Brasil. Peça fundamental na luta pela homologação da Terra indígena Morro dos Cavalos, ela também foi candidata a deputada federal nas eleições de 2018. Em entrevista, conta que já foi por diversas vezes ameaçada de morte, além disso, sua mãe foi torturada e teve a mão decepada⁸ em um dos ataques sofridos na T.I Morro dos Cavalos. São por essas e outras tantas histórias semelhantes que, o cenário que se apresenta anteriormente às eleições de 2020 foi extremamente desafiador e nada favorável.

4.2. DEMARCANDO AS ELEIÇÕES

Como já mencionado anteriormente, os anos que antecederam o pleito de 2020 foram marcados pela disseminação de discursos de ódio e pelas bravatas do atual presidente da república que, em uso de seu status, perpetua preconceitos e tenta desarticular a luta por direitos das minorias. Fez-se necessário, mais do que nunca, uma articulação de todos os movimentos sociais para garantir que os direitos dessa parcela da população fossem assegurados e com isso o movimento indígena também começou a se articular para ocupar os espaços e cargos públicos ainda pouco garantidos.

Pulicada em 2017 pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a “Carta aos povos indígenas do Brasil: Por um parlamento cada vez mais indígena” é um manifesto contundente onde é possível observar a urgente necessidade de uma representação mais direta e efetiva em termos políticos partidários. A carta apresenta também uma forte preocupação com o avanço da onda conservadora que foi ganhando força e se aproximava com as eleições presidenciais do ano de 2018.

Considerando que em 2018 todo o país estará voltado para as eleições a cargos de deputados estaduais e federais, senadores, governadores e presidente da República, o foco é que os nossos povos não atuem mais como meros coadjuvantes nesse processo de eleição. Por isso, conclamamos a todos os povos indígenas do Brasil para que a partir de agora, iniciem suas discussões no âmbito local e regional sobre a necessidade de lançarmos cada vez mais indígenas candidatos para a disputa nessas próximas eleições, guerreiras e guerreiros encorajados, dispostos a ocupar o parlamento nos estados e no Congresso Nacional. (APIB, 2017)

⁸ Kerexu, a cacica ameaçada de morte que tenta salvar a sua aldeia. EL PAÍS. 2 de janeiro de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/25/politica/1451062057_196228.html. Acesso em: 8 de maio de 2021.

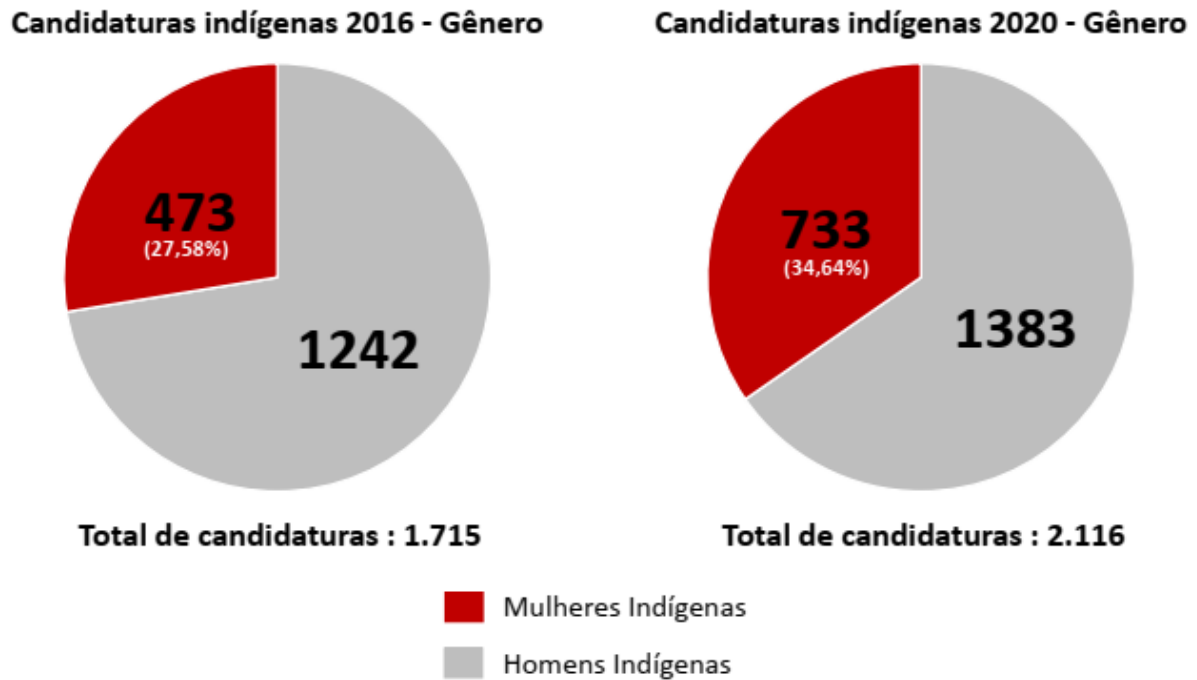
O chamado publicado pela APIB parece ter surtido efeito e em um cenário nada favorável à luta indígena, as eleições de 2020 ficaram marcadas pelo grande aumento no número de candidaturas indígenas. O pleito de 2020 ocorreu em 15 de novembro de 2020 e como todas as atividades programadas para aquele ano, sofreu alterações por conta do avanço da pandemia do Covid-19. As eleições que ocorreram nos municípios brasileiros foram para os mandatos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Desta vez, pude observar nos dados disponibilizados pelo TSE um aumento expressivo no número de candidaturas indígenas, se comparado com o mesmo pleito realizado em 2016.

Os números oficiais são impressionantes, dois mil duzentos e dezesseis candidatos indígenas estavam aptos a pleitear um cargo político de extrema importância. A nível nacional, estas candidaturas se dividem em: 40 candidaturas para o cargo de prefeito, 76 para vice-prefeito, e 2.100 candidatos para o cargo de vereador (BRASIL, 2021). Comparando estes dados com os números de 2016, observei que este pleito obteve um aumento de 29,21% no número de candidaturas totais. Outro fator que me chamou atenção ao longo deste levantamento de dados, e o que impulsionou o interesse em realizar esta pesquisa, foi o número de candidaturas femininas encontradas. Historicamente, como já foi apresentado nos capítulos anteriores, as mulheres indígenas vêm buscando ampliar sua participação nas lutas políticas e nas tomadas de decisões e o pleito de 2020 mostrou que esta busca por ampliação obteve frutos como apresentarei a seguir.

Em 2016, das 1.715 candidaturas válidas, as mulheres indígenas representavam 27,58% delas, totalizando 473 candidatas. No pleito de 2020 observei que das 2.216 candidaturas registradas, as mulheres indígenas foram responsáveis por 733 delas, representando um total de 34,64% (BRASIL, 2021) de acordo com a figura 1. Ao observar os dois pleitos, vemos que o número de candidaturas femininas em 2020 obteve um aumento de 54,96%. Em vias gerais, este número representa um maior engajamento das mulheres neste pleito. Marcia Kambeba, sobre a participação das mulheres indígenas na política partidária explica que:

Nós, mulheres indígenas, percebemos que é necessário ocupar esses espaços, por mais que a gente não venha a ganhar a eleição, mas estamos fazendo esse barulho, dizendo “olha, estamos aqui”, temos nossos direitos, queremos desengavetar os direitos que estão ali e fazer com que eles virem realidade. Temos alguns direitos ali que existem apenas na lei, não existem na prática. E se não tem lei que venha a contribuir com os povos indígenas, então a gente quer fazer, a gente sabe como fazer. (KAMBEBA, 2020 p,390)

FIGURA 1 – Cenário nacional



Demarcar as eleições, usar a força das suas vozes para mostrar que elas estão presentes, as mulheres indígenas fizeram o pleito de 2020 que já era histórico por vários fatores, incluindo uma eleição nacional em meio à uma pandemia, ainda mais impressionante. Como apresentado anteriormente por Marcia Kambeba, os indígenas já se articulam politicamente desde o contato e desta vez, para garantir que seus direitos sejam respeitados, eles precisam se aproximar da política partidária e dos partidos.

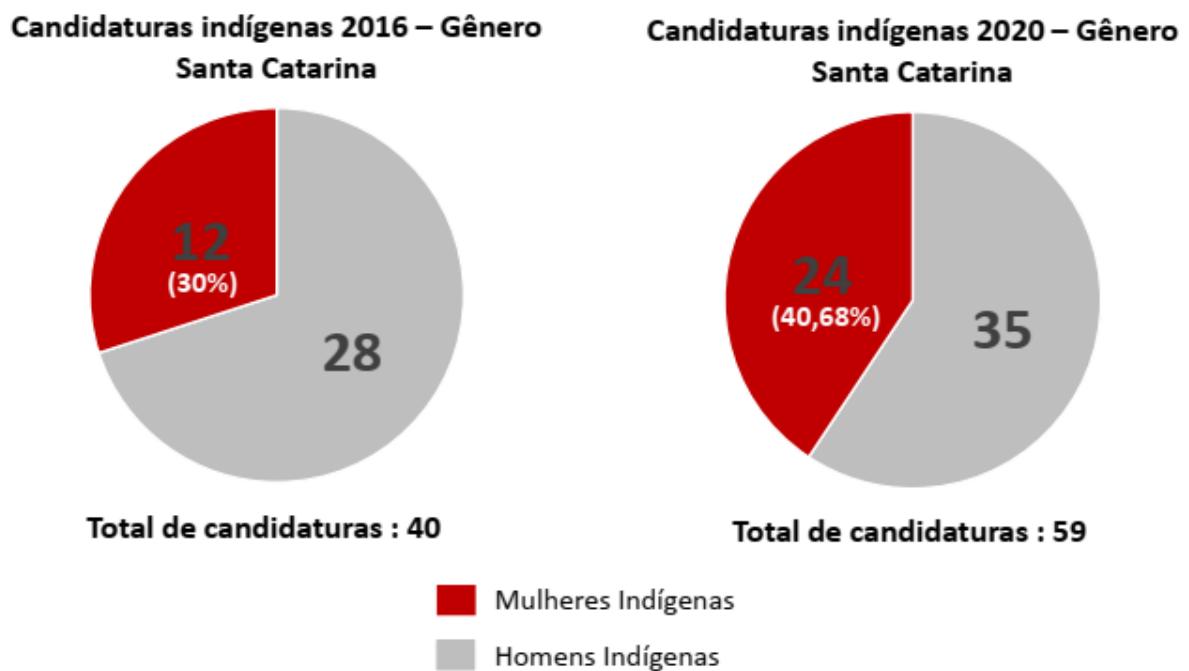
A gente sabe como fazer política, nos ensinaram isso desde lá atrás, nossos antepassados, e agora estamos nos aliando aos partidos que querem nos dar as mãos para fortalecer nossa luta. Precisamos agora desses partidos para fazer essa luta dentro do Estado, por isso temos que nos unir a eles. O que queremos dos partidos é que eles compreendam que somos indígenas, temos um contexto, uma ideia, que às vezes não está encaixada nos moldes dos partidos. É preciso buscar entender essa nossa lógica, fazer esse diálogo para afunilar as ideias, para fazer a coisa acontecer. (KAMBEBA, 2020 p.390)

Quanto à filiação partidária, neste pleito pude observar que o partido mais procurado pelos indígenas foi o Partido dos Trabalhadores (PT) com 264 candidaturas, seguido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com total de 157 candidaturas. O partido Progressista (PP) aparece em terceiro totalizando 156 candidatos (BRASIL, 2021). Ao cruzar os dados de 2020 com as eleições anteriores, pude perceber que pela primeira vez um partido alinhado à direita ou centro-direita aparece entre os três mais procurados pelos indígenas. O Partido dos Trabalhadores se apresenta como um dos mais escolhidos. Ao analisar estes pleitos

é visível, em relação a filiação partidária, que a preferência ainda se mantém em partidos voltados às políticas de esquerda.

Seguindo com minha análise, apresentarei agora os números apurados em Santa Catarina. No rastro da tendência nacional, os números de candidaturas indígenas em Santa Catarina apresentaram um aumento de 47,5%, passando de 40 candidaturas em 2016 para 59 em 2020. Quanto às candidaturas femininas, houve um aumento de 100%, passando de 12 em 2016 para 24 em 2020 como pode ser observado na figura 2 (BRASIL, 2021).

FIGURA 2 – Eleições em Santa Catarina



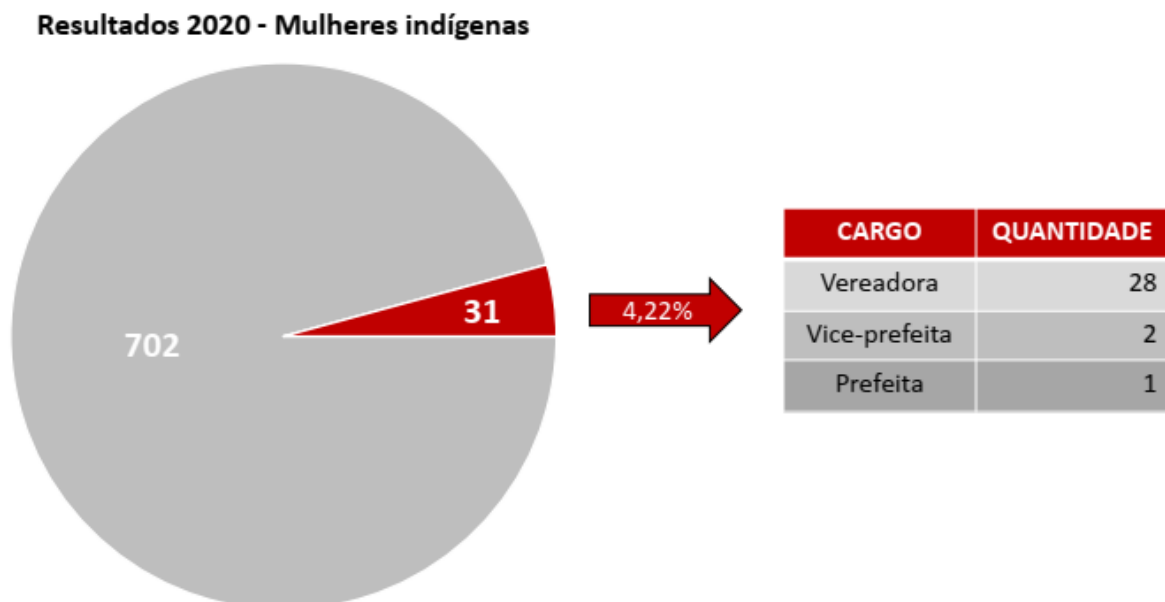
Em relação à filiação partidária, em Santa Catarina os indígenas procuraram em primeiro lugar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) com 10 candidaturas, em segundo lugar o Partido Verde (PV) com 9, seguido de um empate no terceiro lugar entre o PT e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ambos com 8 candidaturas cada (BRASIL, 2021). A aproximação das candidaturas indígenas no estado se mantém aos partidos de esquerda apresentando pela primeira vez nesta pesquisa candidaturas no Partido Verde. Tanto em 2020 quanto em 2016, não houve candidaturas indígenas para o cargo de prefeito sendo que em maioria as candidaturas eram para o cargo de vereador. A seguir apresentarei os dados referentes aos resultados deste pleito histórico.

4.3. RESULTADO DAS ELEIÇÕES

Como já apresentado anteriormente, as eleições de 2020 foram marcadas por um aumento expressivo da participação indígena. Como bem aponta o manifesto de 2017 da APIB: “Levar a agenda da luta dos povos indígenas para o debate político deve ser encarado como uma missão de todo movimento indígena brasileiro.” (APIB, 2017). A aproximação dos indígenas com a política partidária vem de encontro às lutas dos indígenas brasileiros pela garantia de seus direitos e, de certa forma, este protagonismo impulsiona e fomenta a discussão da pauta indígena no âmbito político.

O segundo turno das eleições de 2020 aconteceu no dia 29 de novembro, e poucas horas após o término das votações os resultados começaram a ser divulgados. No âmbito nacional, segundo o TSE (2020), dos 2.116 candidatos participantes, 195 foram eleitos, totalizando 9,22% de sucesso nas candidaturas. Foram eleitos 8 candidatos indígenas para o cargo de prefeito, 10 ocuparam o cargo de vice-prefeito e 177 vereadores. Das 733 mulheres indígenas candidatas 31 foram eleitas, destas 28 ocuparam o cargo de vereadoras, 2 como vice-prefeitas e apenas 1 como prefeita como pode ser observado na figura 3.

FIGURA 3 – Resultado nacional



Em Santa Catarina, das 59 candidaturas apenas 5 foram eleitas todos ocupando o cargo de vereadores. Em Ibirama, Andenice Fiamoncini Roos se elegeu para o cargo de vereadora e é a primeira representante indígena eleita no município. Em Florianópolis temos uma

especificidade, a chapa coletiva Bem Viver foi eleita para o cargo de vereadora. A coletiva conta com a presença de 5 mulheres e dentre elas, a representante indígena Joziléia Daniza Kaingang. A Bem Viver⁹ apresenta uma proposta de representatividade coletiva feminina onde a pauta principal é voltada para o bem estar da mulher e o ativismo pela preservação da natureza. Elas se apresentam como ecofeministas, um movimento que engloba a questão do gênero com a luta ecológica, estabelecendo uma conexão com a natureza e o bem estar.

Analisando os números do pleito de 2020, o resultado geral é animador e ao cruzar os dados com as eleições de 2016, pude observar um aumento de 6% no sucesso dos resultados, passando de 184 candidatos eleitos em 2016 para 195 em 2020. Quanto as mulheres indígenas eleitas o aumento foi de 33,33%, passando de 24 em 2016 para 32 mulheres eleitas em 2020. É importante analisar os dois pleitos pois faz-se necessário documentar e apresentar este crescimento para que estas candidaturas continuem ganhando força e que mais candidatas e candidatos indígenas concorram nas próximas eleições.

4.4. A VOZ DELAS, RELATOS DE CANDIDATAS ELEITAS

Como expus anteriormente, em Santa Catarina obtivemos 5 candidatas indígenas eleitas e, como um dos intuitos deste trabalho é abordar as experiências destas mulheres indígenas neste pleito histórico, consegui colher o relato de duas destas participantes. Formulei um questionário¹⁰ simples, com algumas questões relativas à participação delas no pleito. As questões foram: Faça uma breve apresentação; quem é você, onde nasceu, a qual etnia pertence e onde reside atualmente? As eleições de 2020 são históricas, nunca antes tivemos um número tão grande de candidaturas indígenas. Como foi participar destas eleições? Você se sentiu amparada pela sua comunidade e partido? A representatividade indígena ainda é muito pequena comparada com o número de políticos eleitos. Para você, quais são os próximos passos para uma bancada mais voltada para as lutas indígenas?

Eleita como vereadora no município de Ibirama, pelo partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Tanejü ou Andenice Fiamoncini Ross é natural de Ibirama e pertencente ao povo Laklãnõ. Andenice é formada em serviço social, servidora pública da Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina atuando em um hospital. Andenice atendeu

⁹ Disponível em: <https://www.portalveg.com.br/noticias/bem-viver/coletiva-bem-viver-se-elege-em-florianopolis-com-propostas-ecofeministas-e-de-libertacao-animal/>

¹⁰ O questionário e as transcrições integrais das entrevistas, encontram-se nos anexos deste trabalho.

prontamente ao meu convite compartilhando inúmeras informações extremamente importantes e enriquecedoras para esta pesquisa.

Com uma pauta voltada mais para o apoio e saúde da mulher, agricultura familiar, acessibilidade para pessoas com deficiência e o acesso dos jovens ao primeiro emprego, Andenice garantiu seu cargo na câmara de vereadores de Ibirama. Foi convidada pelo partido a participar das eleições e, após muita insistência, aceitou. Andenice me contou que, em relação aos seus “compromissos de campanha”, não aparece nenhum projeto voltado à questão indígena, pois “[...] a aldeia¹¹ fica no município de José Boiteaux, entende. Então aqui não teria nenhum projeto, nada específico.” (ROOS, 2021). Mesmo sendo eleita sem a influência direta de seu povo indígena, ela conta que se sentiu muito amparada, “Pela comunidade indígena sim. Apesar de a grande maioria não votar aqui, mas quando é pelo bem coletivo, como é o exemplo de Brasília, lá existe uma união muito grande, então eu recebi bastante apoio sim.” (ROOS, 2021) e mais “Aqui no hospital eu atendo a comunidade indígena, eu acabo sendo referência para eles.”. (ROOS, 2021) Ela apontou que, em sua maioria, os integrantes da T.I Ibirama-Laklaño votam nos municípios onde T.I divide território.

Quanto a sua participação nas lutas e a defesa dos direitos indígenas, Andenice é categórica, “A gente defende o tempo todo”. (ROOS, 2021) Ela conta que mesmo distante da aldeia, ela nunca abandonou as mobilizações em prol da TI. “Teve mobilização aqui na BR 470 né, do marco temporal duas vezes, então eu fui ali com eles. Então é a minha forma de estar participando também.” (ROOS, 2021). Além disto, Andenice me contou que na primeira tentativa de levar a pauta indígena para a câmara de vereadores, via uma moção de aplauso¹², teve um entrave:

No dia dezenove de abril deste ano eu fiz uma moção de aplausos aqui à aldeia. E aí foi aprovado né, alguns aqui eu sei que não opinaram, mas teve um que opinou. Me chamou de comunista, enfim, ele foi muito... Olha nem sei se é racismo só, sabe... Ele atacou assim né, e no dia, neste dia que eu fiz essa moção eu convidei também alguns indígenas e eles vieram, sabe. Então mesmo sendo de outra cidade. (ROOS, 2021)

O ataque citado acima foi feito pelo vereador Jorge Eli de Oliveira eleito pelo Partido Liberal (PL), que utilizou a câmara de Ibirama para se posicionar contra a moção de aplausos criada por ela. Andenice me encaminhou o áudio extraído da seção ordinária da câmara e um

¹¹ Segundo o portal Terras indígenas, a Terra Indígena Ibirama-Laklanõ fica dividida entre municípios de: Doutor Pedrinho, Itaiópolis, Jose Boiteaux e Vitor Meireles. Ainda de acordo com o portal, atualmente 2057 indígenas das etnias Guarani, Guarani Mbya, Guarani Nandeva, Kaingang e Xokleng vivem na T.I Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3682>. Acesso em 18/09/2021

¹² Disponível na seção de anexos

link¹³ de um vídeo postado pelo vereador em suas redes sociais, ambos falando sobre o motivo do posicionamento contrário à moção. O vereador citado faz uma interpretação completamente distorcida sobre a moção, elencando elementos como “jargões puramente ideológicos da esquerda” e fazendo aproximações sem nenhum fundamento com o manifesto comunista de Karl Marx. O discurso versa sobre o que ele diz ser uma pauta esquerdista. O vereador ainda aponta que a única colaboração indígena para o município de Ibirama é o nome da cidade que significa “Terra da fartura” em Tupi. Sobre este ataque Andenice completa:

Eu sei que foge um pouco do que você perguntou, mas é importante para você entender o contexto assim né, e aqui em Ibirama principalmente, existe muito preconceito, né. Foi aqui né a aldeia pertencia ao município de Ibirama e depois foi para José Boiteaux e Vitor Meireles. Outros municípios né, mas o preconceito é muito grande. E no meu trabalho, na cidade, as pessoas acabam se policiando um pouco né, porque sabem. Mas é bem nítido assim. (ROOS, 2021)

A presença e o protagonismo de Andenice na câmara de vereadores de Ibirama causa incômodo e este incômodo foi possível ser observado nas falas do vereador e nas narrativas que a vereadora me apresentou. Em sua moção, ela reconhece a importância de sua presença na câmara: “Na condição de primeira vereadora indígena a ocupar uma cadeira nessa câmara de vereadores, tenho um sentimento de compromisso com essa história, e me sinto na obrigação moral e ética de pautar minha vereança entre os outros temas, na defesa dos povos indígenas.” (ROOS,2021) Quanto uma maior representatividade indígena na política e o impacto do pleito de 2020 para a causa, Andenice aposta na força e no protagonismo dos jovens:

E a quarta é sobre a representatividade, né? Ela é pequena, com certeza. Mas se a gente for ver foi um número que também... Eu acredito que foi um número expressivo. Se a gente for ver historicamente. Eu acho que o grande momento é dos jovens. É outra época, outra forma de lutar e de pensar. Eu por exemplo quando fiz a faculdade, lógico eu e mais dois colegas. A gente era respeitado e considerado indígena na faculdade, mas não tínhamos uma luta e um envolvimento assim como os jovens de hoje. Eu vejo os jovens de hoje, tem até as turmas da UFSC, tem jornalista, tem antropólogo. Estão estudando, então é apostar nesses jovens mesmo. (ROOS, 2021)

Como já citei anteriormente, os indígenas vêm ao longo dos tempos ampliando seus espaços de atuação, munindo-se de conhecimentos e adentrando aos espaços públicos e das universidades visando garantir seu protagonismo. Na atualidade, os jovens indígenas têm se destacado, basta uma rápida observação nas redes sociais, nos movimentos e nas mobilizações pelo bem estar coletivo. O jovem indígena vem aos poucos aumentando o alcance de sua voz.

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/COFuzsrhHiw/?igshid=pxp0au7ivwyo> Acesso em 06/09/2021

Eleita como vereadora no município de Ipuacu pelo Partido dos Trabalhadores, Marizete Leopoldina Belino é Kaingang nascida e residente da T.I Xapecó. Marizete também se colocou à disposição para responder ao meu questionário. O pleito de 2020 não foi sua primeira experiência na política partidária, ela conta que a ideia da sua candidatura surgiu “Em 2016 em reunião com minha família decidimos que um de nós iria sair de candidato a vereador então ficou certo que eu seria a candidata.” (BELINO, 2021) Quanto ao resultado das eleições que ela participou “Fui eleita com 303 votos partido PRB. Em 2020 recebi o convite do prefeito Clori Perosa pra concorrer a reeleição de vereador pelo partido PT. Novamente me elegi vereadora e com 311 votos.” (BELINO, 2021)

Marizete atua principalmente em prol dos indígenas do município e suas pautas e sua trajetória política é voltada para a sua comunidade “Meus projetos sempre foram e serão voltados para a minha T.I Xapecó, mas sempre apoio os projetos que beneficiam o nosso município e o seu desenvolvimento.” (BELINO, 2021). Marizete conta que recebeu total apoio de seu povo e do partido e que sua comunidade tem papel fundamental na sua candidatura, “Fui amparada e eleita pelos votos da minha comunidade indígena e recebi muito apoio do meu partido...”. (BELINO, 2021) Além de ser eleita, Marizete se destaca também por ocupar um lugar de destaque na câmara de vereadores “[...] a 29 anos Ipuacu foi emancipada e eu sou a primeira mulher e indígena a assumir a presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu[...]”. (BELINO, 2021) Em um pleito marcado pelo aumento do número de candidaturas indígenas uma mulher Kaingang se destaca no município de Ipuacu.

Quanto ao pleito de 2020, Marizete aponta que Ipuacu teve 3 candidatos indígenas eleitos e que o apoio da comunidade da T.I Xapecó foi imprescindível para este resultado. Ela acredita que as comunidades precisam buscar eleger representantes para conseguir assegurar os seus direitos. E quanto a representatividade indígena na política ela é pontual:

Para mim eu entendo que cada terra indígena deve procurar eleger seus representantes, esses devem ter um pensamento e objetivo voltado a defender o desenvolvimento e direitos dos povos indígenas. Pois quanto mais indígenas eleitos mais força política teremos nos municípios para buscar apoio de outros políticos e assim lutar e buscar recursos na esfera estadual e federal. (BELINO, 2021)

O pleito de 2020 mostra que esta maior representatividade, citada por Marizete, é de suma importância, e tanto ela quanto Andenice são reflexo destas eleições que ficarão marcadas por esta grande participação. Ambas viabilizam pautas voltadas para o bem geral do município que representam, mas sempre com o olhar atento para suas comunidades. E é desta maneira, ampliando a participação política que, aos poucos, os indígenas vão conseguindo assegurar seus direitos.

Atento aqui para a falta de Marizete nas apurações de candidatas eleitas feita no tópico anterior. A principal fonte de pesquisa para este trabalho foi a plataforma de estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral. Nesta plataforma é possível filtrar todas as candidaturas e cruzar os dados dos resultados. Os filtros utilizados para esta pesquisa foram em relação a Raça/Etnia e a candidata Marizete aparece nas estatísticas como “parda” fugindo do filtro proposto para o trabalho. Dito isto, cabe aqui ressaltar que número de indígenas candidatos é maior do que os dados oficiais mostram. Em um trecho dos relatos trazidos por Andenice, em relação ao apoio de seu partido, surge uma possível explicação para o fato de algumas candidaturas indígenas não serem cadastradas corretamente no que tange a etnia:

Do partido eles não acreditam que eu sou indígena. Tanto que quando foi para fazer inscrição eu preenchi o documento e eu botei raça/cor indígena e quando eles mandaram conferir, né colocaram lá no sistema do TRE e tal eu fui conferir e não tava indígena. Aí eu fiz eles mudarem. Então essa questão indígena para eles não importa, entende. Não tem uma aceitação, um entendimento né, enfim. Não tem interesse por isso. (ROOS, 2021)

Logo, tive conhecimento sobre a eleição de Marizete via informação passada pelo meu orientador durante uma conversa sobre o levantamento dos dados para esta pesquisa. O mesmo também acontece em um dos trechos do relato de Marizete em que ela afirma ter três vereadores indígenas eleitos em Ipuacu, enquanto no filtro do TSE consta apenas um.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início, quando comecei a desenvolver esta pesquisa, assegurei que meu foco principal seria dar voz às experiências destas mulheres indígenas na política partidária e no pleito de 2020. Por motivos diversos e o principal deles, o avanço da pandemia do coronavírus, infelizmente não pude colher entrevistas com todas as candidatas eleitas. Consegui adaptar todo o meu projeto ao novo cenário que foi imposto e acredito que tenha apresentado, de maneira respeitosa, algumas das vivências destas mulheres.

Quanto às ferramentas de pesquisa utilizadas neste trabalho, observo que tanto o site, quanto o repositório do TSE apresentaram instabilidade durante todo o desenvolver da pesquisa. O acesso a estas informações em várias situações foi impossibilitado, pois durante semanas a plataforma encontrava-se indisponível. O acesso aos números e o lançamento dos resultados sofreram diversas alterações ao longo do processo dificultando bastante no processo de coleta dos dados das candidaturas. A plataforma e o site do TSE não permitem o *download* das informações completas, colocando o pesquisador à mercê da conexão da internet e da estabilidade da plataforma. Aponto que, ao longo do período de coleta de dados, por estarmos vivendo o pior momento da pandemia do coronavírus, era impossível colher os dados *in loco*.

Em relação aos resultados colhidos e a falta de alguns candidatos indígenas que não somaram ao total dos resultados, aponte uma possível causa para este ocorrido e, cabe uma pesquisa que possa analisar nome a nome os candidatos a fim de encontrar essas divergências que fogem ao filtro Raça/Etnia. Novamente, como para esta pesquisa o filtro da plataforma era necessário, não consegui fazer um pente fino em todos os candidatos do pleito. Quanto à possível causa, é necessário pesquisar mais a fundo com os participantes do pleito para entender se o ocorrido com Andenice possa ter acontecido em outros municípios para então reavaliar os números que foram divulgados apresentando um cenário com mais candidaturas indígenas válidas.

Em vias gerais, as pesquisas e o diálogo com indígenas necessitam ser fomentadas, incentivada e cada vez mais catalogada e divulgada para que o acesso a estudos a respeito do protagonismo indígena seja cada vez mais possível. A princípio tive uma certa dificuldade em encontrar produções que versassem sobre a participação política de mulheres indígenas. Foi necessário um esforço maior para encontrar, dentre produções a respeito do protagonismo

indígena masculino, algumas publicações sobre as experiências femininas. Mesmo nos dias atuais as produções acerca das populações originárias ainda são poucas.

Minha curiosidade a respeito do pleito de 2020 em relação a participação dos indígenas surgiu exclusivamente por ter contato com a T.I Morro dos Cavalos e sua representante Kerexú Yxapyry, que sempre me recebeu de coração aberto e que sua trajetória me inspirou para o desenvolvimento deste trabalho. O simples ato de observar os números naquela plataforma me fez acreditar que, de alguma forma, a situação do cenário político brasileiro tem possibilidades de se apresentar com uma bancada mais diversa. No todo, o número de indígenas eleitos ainda é baixo, mas acredito que as eleições de 2020 foram apenas o início de um movimento muito maior que está se construindo. O cenário atual ainda é devastador, mas o futuro que está sendo construído me anima.

REFERÊNCIAS

- APIB, (2017). Carta aos Povos Indígenas do Brasil. Disponível em <<https://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/2017/01/31/carta-aos-povosindigenas-do-brasil-por-um-parlamento-cada-vez-mais-indigena/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- ALVES, Caliandra Kevin. Ângelo Cretã e a luta por direitos indígenas no sul do Brasil: um estudo a partir de sua biografia. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- BELINO, Marizete Leopoldina. Narrativa concedida ao autor, via questionário respondido via ferramenta digital Whatsapp em 03/09/2021.
- BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Estatísticas Eleitorais, 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais/>>. Acesso em: 10 abr 2021.
- BRIGHENTI, Clovis Antônio. Fen'no, uma guerreira, uma mulher, uma história, uma lenda. **Texto**. Fev, 2014.
- BRIGHENTI, Clovis Antônio. Povos indígenas em Santa Catarina. **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate**, v. 1, p. 37-65, 2012.
- CHAVES, Kena Azevedo. Mulheres indígenas demarcam as eleições: entrevista com Márcia Kambeba. **Percursos**, [S.L.], v. 22, n. 48, p. 383-398, 21 maio 2021. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/1984724622482021383>.
- DE ANDRADE, Bruna Ferreira; CARVALHO, Volgane Oliveira. Participação política dos povos indígenas e a perpetuação da invisibilidade no cenário político. **Revista do TRE-RS**, p. 131, 2019.
- DEPARIS, Sidiclei Roque. União das Nações Indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil: (1980-1988). 2007. 134 p. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2007.
- DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. Mulheres Indígenas em Movimentos: possíveis articulações entre gênero e política. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 39, n. , p. 114-129, 2019. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003221693>.
- ÉL PAÍS: Kerexu, a cacica ameaçada de morte que tenta salvar sua aldeia. Florianópolis, 02 fev. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/25/politica/1451062057_196228.html. Acesso em: 08 maio 2021.

FENDÓ- Tributo a uma Guerreira. Direção de Penna Filho. Realização de Unoesc, Unisul. Santa Catarina - Brasil: Rede Rua de Comunicação, 2000. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oac2mpcUdJM&t=302s>. Acesso em: 09 out. 2020.

GUAJAJARA, Sonia. Carta pré-candidatura à Presidência do Brasil. Disponível em: < <https://midianinja.org/news/sonia-guajajara-lanca-carta-sobre-pre-candidatura-a-presidencia-da-republica/>> Acesso em: 25 mar. 2021.

ÍNDIO Cidadão? Direção de Rodrigo Siqueira. Distrito Federal Brasília: 7g documenta, 2014. Son., color. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/432678-indio-cidadao/>. Acesso em: 27 mar. 2020.

JEKUPE, Olívio. Roubaram o gravador do Juruna. **Tellus**, [S.L.], p. 225-228, 27 nov. 2014. Universidade Católica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i19.238>

JURUNA, Mário. “Discurso De Mario Juruna, em 1983, Na Câmara dos deputados” Brasília, Brasil. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Discurso-do-deputado-federal-M%C3%A1rio-Juruna-no-Plen%C3%A1rio-da-C%C3%A2mara-dos-Deputados.pdf>. Acesso em 5 jun. 2021

KRENAK, Ailton. *Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue, Coleção Encontros, 2015.

KRENAK, Ailton. “Discurso De Ailton Krenak, em 04/09/1987, Na Assembleia Constituinte, Brasília, Brasil

LASMAR, C. 1999. Mulheres Indígenas: representações. Dossiê Mulheres Indígenas, Revista Estudos Feministas. V. 7, n. 1 e 2.

LIMA, Jônia Rodrigues de. **Ser mulher indígena é**: narrativas de mulheres indígenas brasileiras. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2018. 64 p.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. **Gênero e povos indígenas. Rio de Janeiro: Museu do Índio**, p. 140-169, 2012.

MENEZES, Maria Eugenia de. O gravador que era arco e flecha. **Jornal da Usp**. São Paulo, 29 jul. 2002. Memória, p. 1-1. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp606/pag10.htm>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ROCHA, Cinthia Creatini da. Agência feminina na sociopolítica Kaingang. In: SACCHI, Angela & GRAMKOW, Márcia Maria. **Gênero e Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2012, p. 116 - 127.

ROSA, Helena Alpini. Cultura e tradição Guarani a partir do papel social das mulheres. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. **História, cultura e educação indígena**: protagonismo e diversidade. Porto Alegre: Palotti, 2017. p. 161-176.

ROOS, Andenice Fiamoncini. Narrativa concedida ao autor, via questionário respondido via ferramenta digital Whatsapp em 06/09/2021.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 14, n. 12, p. 95-110, set. 2011.

SCHILD, Joziléia Daniza Jagso Inácio; SILVA, Elis do Nascimento. **À LUZ FORTE DE FEN'NÓ: a luta da guerreira Kaingang pela terra. A luta da guerreira Kaingang pela terra.** Disponível em: https://osbrasis.trgbr.com/wp-content/uploads/2018/04/Jozileia-e-Elis_BIOGRAFIA-DE-FEN%C2%B4N%C3%93.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

SAVOLDI, Adiles. A força da Fen'Nó: uma dádiva aos Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbanguê. In: 13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & Transformações, Conexões, Deslocamentos, Florianópolis, 2017.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da; LAROQUE, Luís Fernando da Silva Lideranças femininas no universo político Kaingang: um estudo sobre a Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh/Estrela-RS. XIII Encontro Estadual da ANPUH/RS: Ensino, Direitos e Democracia. Santa Cruz do Sul, 2016

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1989

SOUZA, Adriana Uassuri de; SANTOS, Juvana Evarista dos; OLIVEIRA, Edileia Santiago. A MULHER INDÍGENA E O PROTAGONISMO DA SUA PRÓPRIA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA. **Emblemas**: Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais - UFG/CAC, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 94-105, jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/emblemas/issue/view/2174>. Acesso em: 19 set. 2020.

Voz das Mulheres Indígenas. (2018). Pauta nacional das mulheres indígenas (Cartilha). Brasília, DF: ONU Mulheres Brasil. Recuperado de <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/PAUTA-Mulheres-indigenas-1.pdf>

ANEXO A – QUESTIONÁRIO ENVIADO ÀS CANDIDATAS ELEITAS

1) Faça uma breve apresentação; quem é você, onde nasceu, a qual etnia pertence e onde reside atualmente?

2) Em relação a sua candidatura, como surgiu a ideia de se candidatar? Quais foram suas pautas e principais projetos?

3) As eleições de 2020 são históricas, nunca antes tivemos um número tão grande de candidaturas indígenas. Como foi participar destas eleições? Você se sentiu amparada pela sua comunidade e partido?

4) A representatividade indígena ainda é muito pequena comparada com o número de políticos eleitos. Para você, quais são os próximos passos para uma bancada mais voltada para as lutas indígenas?

ANEXO B – RESPOSTA DE ANDENICE FIAMONCINI ROOS

1) Faça uma breve apresentação; quem é você, onde nasceu, a qual etnia pertence e onde reside atualmente:

Andenice Fiamoncini Roos, nome indígena Taneju (com til no U, mas teclado não aceita). Nasci em 1979, em Ibirama, sou do povo Laklanõ, mas a etnia da minha família é Kaingang. Sou casada, tenho duas filhas e formada em Serviço Social, servidora pública da Secretaria de Estado da Saúde de SC, trabalho em um hospital.

2) Em relação a sua candidatura, como surgiu a ideia de se candidatar? Quais foram suas pautas e principais projetos?

Então, a minha candidatura surgiu por um partido da minha cidade que me procurou e insistiu muito, eu não queria né, e insistiu muito mesmo. Eu até estava afastada para a campanha, porque sou funcionária pública, mas tava querendo voltar atrás. Depois de muita insistência então eu fiquei. Em relação as pautas, porque a aldeia indígena fica no município de Jose Boiteaux, entende então aqui não teria nenhum projeto, nada específico né. Eu realmente pautei algumas questões que envolvem assim até a profissão do serviço social e algumas coisas que eu acredito como a participação popular é e agora eu vou apresentar do vereador mirim é agora em agosto a gente apresentou com outras mulheres o agosto lilás né, mas não é nada referente a questão indígena. Porém, sempre defendo, participo. Teve mobilização aqui na BR 470 né, do marco temporal, duas vezes então eu fui ali com eles, então é a minha forma de estar participando também. A gente defende o tempo todo. D

Aqui no hospital eu atendo a comunidade indígena, eu acabo sendo referência para eles né. No dia dezoito de abril deste ano eu fiz uma moção de aplausos aqui à aldeia. E aí foi aprovado né, alguns eu sei que não opinaram, mas teve um que opinou. Me chamou de comunista, enfim, ele foi muito... Olha nem sei se é racismo só, sabe...

Ele... (voz embargada) ele... É.... Ele atacou assim né, e no dia, neste dia que eu fiz essa moção eu convidei também alguns indígenas e eles vieram, sabe. Então mesmo sendo de outra cidade.

Eu sei que foge um pouco do que você perguntou, mas é importante para você entender o contexto assim né, e aqui em Ibirama principalmente, existe muito preconceito, né. Foi aqui né a aldeia pertencia ao município de Ibirama né e depois foi para Jose Boiteaux e Vitor

Meireles outros municípios né, mas o preconceito é muito grande. É no meu trabalho na cidade as pessoas acabam se policiando um pouco né porque sabem, mas é bem nítido assim.

Então, a gente vai buscando brechas e oportunidades para estar apoiando a causa indígena, como aparece o marco temporal que tá aí na mídia. Essas lutas coletivas a gente procura sempre estar junto

3As eleições de 2020 são históricas, nunca antes tivemos um número tão grande de candidaturas indígenas. Como foi participar destas eleições? Você se sentiu amparada pela sua comunidade e partido?

Sobre as eleições, se eu me senti amparada pela comunidade e partido. Pela comunidade indígena sim. Apesar de grande maioria não votar aqui, mas quando é pelo bem coletivo como é exemplo de Brasília lá, existe uma união muito grande. Então eu recebi bastante apoio sim. De várias maneiras. Do partido eles não acreditam que eu sou indígena. Tanto que quando foi para fazer inscrição eu preenchi o documento e eu botei raça/cor indígena e quando eles mandaram conferir, né colocaram lá no sistema do TRE e tal Eu fui conferir e não tava indígena. Aí eu fiz eles mudar. Então essa questão indígena para eles não importa, entende. Não tem uma aceitação, um entendimento né, enfim. Não tem interesse por isso.

4A representatividade indígena ainda é muito pequena comparada com o número de políticos eleitos. Para você, quais são os próximos passos para uma bancada mais voltada para as lutas indígenas?

E a quarta, é sobre a representatividade né. Ela é pequena né, com certeza, mas se a gente for ver foi um número que também. Eu acredito que foi um número expressivo, né. Se a gente for ver historicamente, né. Eu acho que a gente tem aí vários nomes né que nos inspiram ne para ter uma bancada mais voltada para as pautas indígenas. E eu acho que o grande momento e dos jovens né. É outra época ne outra forma de lutar de pensar. Eu por exemplo quando eu fiz a faculdade né, lógico, eu e mais dois colegas né. A gente era respeitado e considerado indígena na faculdade né a gente não tinha uma luta um envolvimento assim como os jovens de hoje né. Eu vejo os jovens de hoje, tem até as turmas da UFSC, né tem jornalista, tem antropólogo ne. Estão estudando. Então é apostar nesses jovens mesmo.

ANEXO C – RESPOSTA DE MARIZETE LEOPOLDINA BELINO

①- sou Marizete Leopoldina Belino nasci na Terra Indígena Xapoco Município de Epuaçu sc. sou Mãe Vigag, Moro na Aldeia colaria na TI Xapoco

②- Em 2016 em reunião com minha família decidimos que um de nós iria sair de candidato a vereador então ficou certo que eu seria a candidata fui eleita com 303 votos partido PRB. Em 2020 recebi o convite da Prefeita Glaci Perosa para concorrer a reeleição de vereador pelo partido PT. Novamente me eleji o vereadora e com 311 votos. Meus projetos sempre foram e serão voltados a minha TI Xapocó, mas sempre apoio os projetos que beneficiam o nosso município e o seu desenvolvimento.

③- Quanto as eleições de 2020 foram sim muitas indígenas candidatas em varios municípios em Epuaçu prom 3 vereadores indígenas eleitos com o apoio das indígenas. Fui amparada e eleita pelos votos da minha comunidade indígena e recebi muito apoio do meu partido, Pois a 28 anos que Epuaçu foi emancipada e eu sou a primeira mulher e indígena a assumir a presidencia da câmara municipal de vereadores de Epuaçu.

④- Para mim eu entendo que cada Terra Indígena deve praixar eleger seus representantes, esses devem ter um pensamento e objetivo voltado a defender o desenvolvimento e direitos dos povos indígenas. pois quanto

data
S T D

mais indignos eleitos mais força
política Teremos nos municípios
para buscar apoio de outros políticos
e assim lutar e buscar recursos na
esfera estadual e Federal.